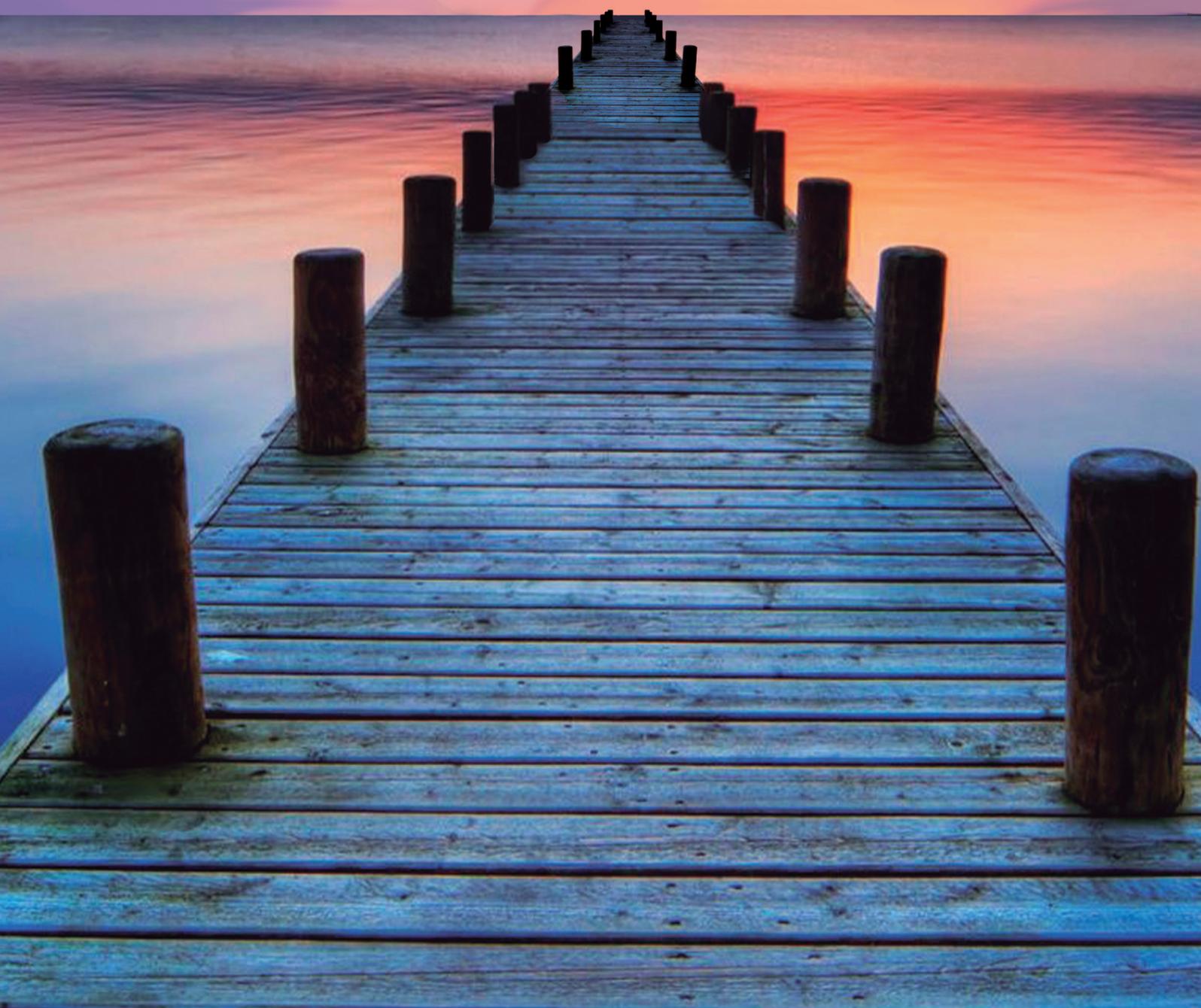


PORTIFÓLIO ITINERÁRIO FILOSÓFICO: Proposições pós-críticas para o ensino de Filosofia

George Ribeiro Costa Homem



**PORTIFÓLIO ITINERÁRIO
FILOSÓFICO:
proposições pós-críticas para o ensino de
Filosofia**

George Ribeiro Costa Homem

APRESENTAÇÃO

Pensar o currículo de Filosofia numa perspectiva pós crítica nos faz refletir em temas que ao longo do tempo foram negligenciados e marginalizados nas salas de aula do Brasil, é nessa perspectiva – dar voz aos discursos ocultados - que propomos levar para as aulas de Filosofia temáticas dentro da proposta de um currículo pós-crítico, oportunizando espaço e material para discussões subaproveitadas ou mesmo invisibilizadas como identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significações e discursos, representação cultural, gênero, etnia, raça, sexualidade, multiculturalismo e as relações de saber-poder (SILVA, 2007). Esse trabalho surge da própria experiência e inquietude enquanto professor, ao perceber que o debate nas aulas de Filosofia, geralmente guiados pelos livros didáticos, e engendrados a partir do formalismo da hora/aula, carecem de contextualidade e pertencimento suficientes para cativarem os alunos; contemplam, por vezes, somente como as únicas perspectivas de se pensar e agir numa relação entre o sujeito, o outro e o mundo segundo o cânon hegemônico do pensamento europeu.

Nunca se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou, claro, modelos de vida e percepção europeus para outros continentes (...). Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno (FOUCAULT, 2010, p. 86).

No entanto, sabemos que são os professores de Filosofia que tem a oportunidade de estar na linha de frente da educação brasileira problematizando, refletindo e desenvolvendo a consciência crítica necessária para a percepção da realidade a partir de sua multiplicidade e dinamismo – bem longe dos muros que separam quintais e estranham vidas. A partir da ideia de Ética, tema central do conteúdo programático para a etapa final do Ensino Médio, poderemos propor aos alunos outras experiências para a construção de um sujeito - cidadão, visto que a esta altura, são estas as questões pertinentes para a sua inserção no mundo do trabalho e a consciência de seu papel na sociedade, atento de que não deve se contentar com a exposição das experiências vindas de uma única vertente, mas também com outro olhar sobre a constituição de si.

Dito isso, convém esclarecer que foi necessário realizar um recorte para esse trabalho no aprofundando do olhar sobre a Ética, a partir de diferentes maneiras de lidar com o conhecimento e da forma como o sujeito vem a se relacionar com todo o mundo humano e natural. Entretanto, o critério de ação ética, que vincula professores e estudantes junto ao mundo, sugere maior ampliação de perspectivas nas salas de aula, para que assim possa ser estimulado um diálogo fecundo e criativo com outras matrizes de pensamento, além de contribuir para um sentido de pertencimento entre conteúdos e a vivência dos alunos.

Deste modo, nessa proposta intentamos levar para a sala de aula o princípio ético do Ubu-

tu, como uma experiência do pensamento e da vida humana que está imanente na Filosofia africana, podendo vir a se tornar uma fonte de encantamento para o processo do ensino e aprendizagem entre o professor de filosofia e os jovens estudantes maranhenses. Além de oportunizar amplitude de reflexão e condições de pensar criticamente para além dos ditames da modernidade instituída.

Para alcançar tais objetivos partiremos da proposta curricular pós-crítica, assim como alinhar tal intento à Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira no ensino básico. A Lei instaura a possibilidade de um outro olhar para os estudantes e professores no ensino básico, que necessitam refletir a história das ideias no Brasil. Abordaremos temáticas relacionada à Ética em um viés de identidade, raça, etnia etc. Nosso intuito é que os alunos relacionem o que estudam com sua própria história e reconheçam e/ou valorizem a identidade afro-brasileira – como viés outro, suficiente para uma percepção amplificada da realidade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

- PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO PARA ENSINO MÉDIO/SUBSEQUENTE 9

CAPÍTULO 2

- EMENTÁRIO: A Ética sob a perspectiva da Filosofia do UBUNTU 22

CAPÍTULO 3

- SUGESTÕES DE ATIVIDADES E TEXTOS PARA A PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO ITNINERÁRIO FILOSÓFICO..... 23
- TEXTO 1: Ética a partir dos paradigmas 24
- TEXTO 2: Ancestralidade, Encantamento e Ética..... 28
- TEXTO 3: A FILOSOFIA DO UBUNTU E UBUNTU COMO UMA FILOSOFIA 31
- TEXTO 4: A ÉTICA FILOSÓFICA DO UBUNTU NA SALA DE AULA: um debate sobre o racismo no futebol brasileiro (um recorte)..... 35

CAPPÍTULO 3.1

- Avaliação da proposta: carta argumentativa e/ou redação de como a filosofia africana pode contribuir para a valorização da identidade negra brasileira no século XXI. 39

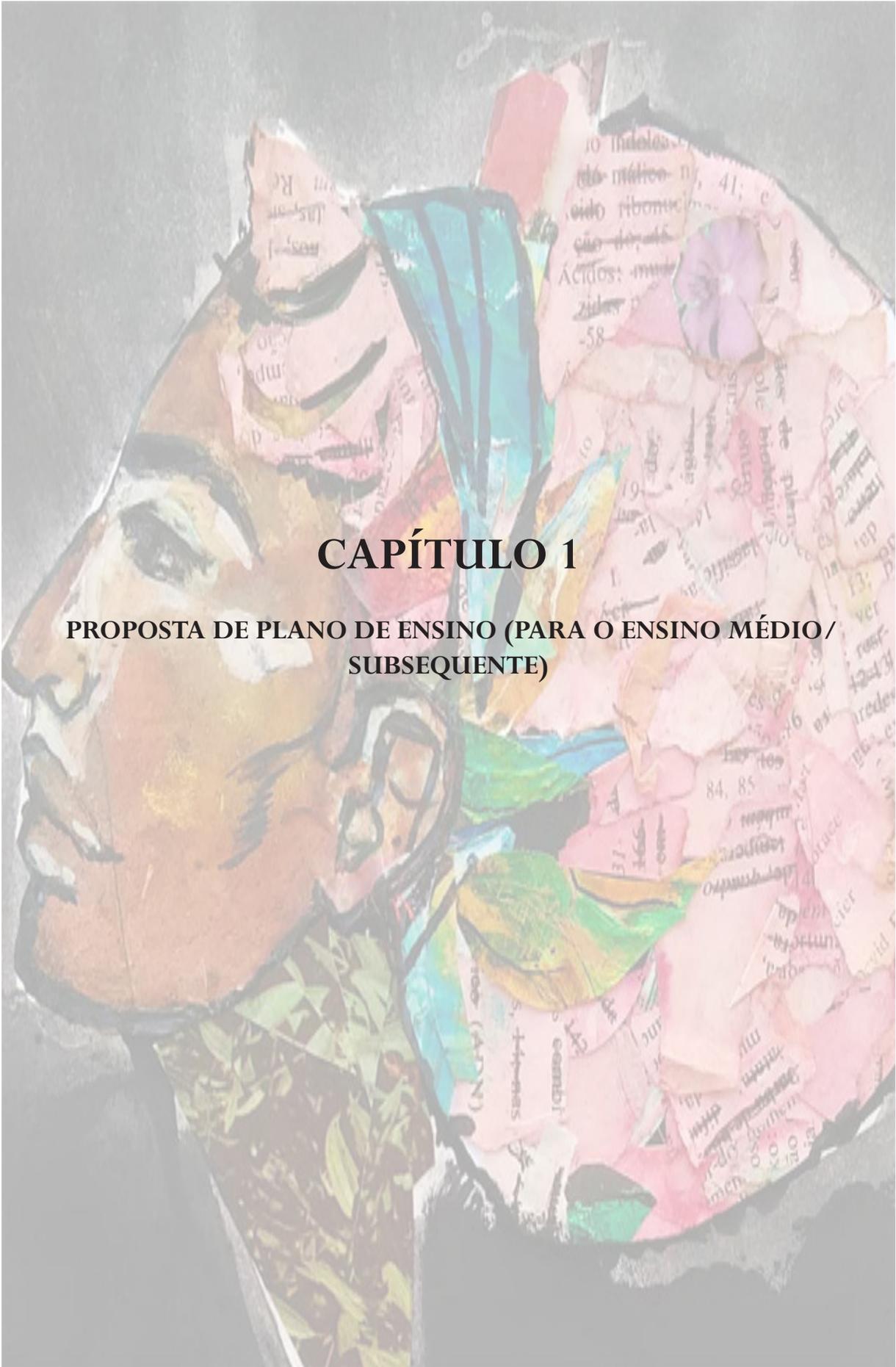
CAPITULO 4

- SUGESTÕES DE LEITURAS COMPLEMENTARES 49
- Leitura complementar ao texto 1: ÉTICA E EDUCAÇÃO CLÁSSICA: virtude e felicidade no justo meio (recorte). 50
- Leitura complementar ao texto 2: Inspirações formativas oriundas da ancestralidade e do encantamento. 56
- Leitura complementar ao texto 3: A ÉTICA DO UBUNTU(recorte) 58
- Leitura complementar ao texto 4: UBUNTU COMO FUNDAMENTO 61

CAPÍTULO 5

- SUGESTÕES 65
- SUGESTÕES DE LIVROS 66
- SUGESTÕES DE AUTORES 69
- SUGESTÕES DE FILMES..... 72
- SUGESTÕES DE VÍDEOS 75

• SUGESTÕES DE SITES	77
• REFERÊNCIAS	78



CAPÍTULO 1

PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO (PARA O ENSINO MÉDIO/
SUBSEQUENTE)

1. Identificação

Semestre: 1º Curso: XXXX Turma: MÓDULO V Turno: VESPERTINO

Disciplina: FILOSOFIA III

CH Total: 40 h/a Professor: XXX

2. Ementa:

Os costumes morais e os valores sociais.

Ação ética e responsabilidade pessoal.

A dimensão ética na vida social.

Ética e cidadania no mundo contemporâneo.

O surgimento da Política e seus pressupostos.

A Política como construção de cidadania.

A dimensão política no contexto da contemporaneidade.

3. Objetivo Geral:

Reconhecer a importância da Ética para a inserção humana na vida social frente à pluralidade de discursos, intencionalidades, histórias e diversidade cultural, para a efetivação da cidadania.

Reconhecer a importância da Política como ferramenta de socialização e transformação da sociedade, identificando sua correspondência com a Ética.

4. Programação: 1º BIMESTRE Período: 28/01 a 05/04 (49 dias – 10 semanas)

Semanas	Objetivos Específicos	Conteúdos	Data	C/H	Metodologia	Recursos	Avaliação
1º	Identificar os princípios básicos da Ética.	Conceitos e pressupostos básicos de Ética e Moral	31/01	2	AULA EXPOSITIVA DIA-LOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PRO-JETOR	OBSEVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
2º	Entender a importância da Filosofia para a atividade social antiga.	A sociedade antiga e o surgimento da Filosofia	07/02	2	AULA EXPOSITIVA DIA-LOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PRO-JETOR. TEXTO: PLATÃO e ARISTÓTELES	OBSEVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS

4º	Compreender a construção conceitual dos princípios da Ética ocidental e suas inferências no mundo.	A Ética na história	21/02	2	AULA EXPOSITIVA DIÁLOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
5º	Compreender a construção conceitual dos princípios da Ética ocidental e suas inferências no mundo.	A Ética na história (continuação)	28/02	2	AULA EXPOSITIVA DIÁLOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
6º	Reconhecer a transcendência espacial e histórica da Ética pela identificação dos termos eurocentrismo e colonialismo.	A Ética no mundo colonizado.	07/03	2	AULA EXPOSITIVA DIÁLOGADA E LEITURA DE TEXTO	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR.	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS

8ª	Estudar os princípios éticos do Ubuntu	A Filosofia Ubuntu.	21/03	2	LEITURA E DISCUSSÃO DE TEXTO	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR. TEXTO: A FILOSOFIA DO UBUNTU E O UBUNTU COMO FILOSOFIA.	OBSERVAÇÃO QUANTO À DESENVOLVIMENTO À DESENVOLVIMENTO CRÍTICO REFLEXIVO DOS ALUNOS.
9ª	Pesquisar temas relacionados às questões étnico raciais	Atividade de pesquisa.	28/03	2	O B - SERVAÇÃO EM SALA	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	OBSERVAÇÃO DA DESENVOLVIMENTO CRÍTICO REFLEXIVO E CAPACIDADE DE PESQUISA DOS ALUNOS
10ª	Produzir texto crítico dissertativo	ATIVIDADE AVALIATIVA DISCURSIVA	04/04	2	O B - SERVAÇÃO EM SALA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO DA CAPACIDADE DISSERTATIVA

Descreva aqui sua sistemática (critérios) de avaliação para 1ª nota (a data deve ser incluída em uma das semanas acima):

Descreva aqui sua sistemática (critérios) de recuperação para a 1ª nota (com data): 22/04

OCORRERÁ ATIVIDADE AVALIATIVA COM A PRODUÇÃO DE TEXTO DISSERTATIVO, RESPONDENDO A 4 (QUATRO) QUESTÕES FORMULADAS A PARTIR DOS ASSUNTOS MINISTRADOS NO BIMESTRE. OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS OBEDECEM À COERÊNCIA E COESÃO DO TEXTO.

OBSERVAÇÕES:

5. Programação: 2º BIMESTRE Período08/04 a 14/06 (51 dias – 10 semanas)
6.

	Objetivos Específicos	Conteúdos			Metodologia	Recursos	Avaliação
1ª	Discutir a prova.	Análise e debate da prova.			OBSERVAÇÃO DISCURSIVA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
2ª	Produzir texto crítico dissertativo	ATIVIDADE DE RECUPE-RAÇÃO			OBSERVAÇÃO	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO DA CAPACIDADE DISERTATIVA
3ª	Apresentar os princípios básicos de Política	O surgimento da Política.			AULA EXPOSITIVA DIALOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETOR	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS

4ª	Identificar os pressupostos da Política	O surgimento da Pólis.	02/05	2	AULA EXPOSITIVA DIALOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÓMICO, COMPUTADOR, PROJETO: A RÉPUBLICA (PLATÃO) E A POLÍTICA (ARISTÓTELES)	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
5ª	Debater os princípios da Política clássica.	O surgimento da Pólis (continuação)	09/05	2	DEBATE A PARTIR DOS TEXTOS DA AULA ANTERIOR.	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÓMICO, COMPUTADOR, PROJETO	OBSERVAÇÃO QUANTO À DESENVOLVIMENTO DIALÓGICA E CAPACIDADE CRÍTICO REFLEXIVA E INTERPRETATIVA DOS ALUNOS.
6ª	Apresentar perspectivas conceituais políticas na história	A Política na história	16/05	2	AULA EXPOSITIVA DIALOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÓMICO, COMPUTADOR, PROJETO: O PRÍNCIPE	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS

7ª	Examinar a relação entre Política e Poder na construção do ser social.	Política e sociedade	23/05	2	AULA EXPOSITIVA DIALOGADA	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETO. TEXTO: DE FOLHA CAULT TEXTO (A PRODUÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE PODER) e EXIBIÇÃO DE VÍDEO: A RESPEITO DA VIOLENCIA	OBSERVAÇÃO QUANTO À PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO DOS ALUNOS
	Debater as diferentes concepções políticas e suas motivações sociais.	Política e sociedade (continuação)	30/05	2	DEBATE E EXPOSIÇÃO DE IDEIAS DOS TEXTOS DA AULA ANTERIOR	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COMPUTADOR, PROJETO. TEXTO: A EXPERIÊNCIA VIVIDA DO NEGRO	OBSERVAÇÃO QUANTO À DESENVOLVURAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA E INTERPRETATIVA DOS ALUNOS

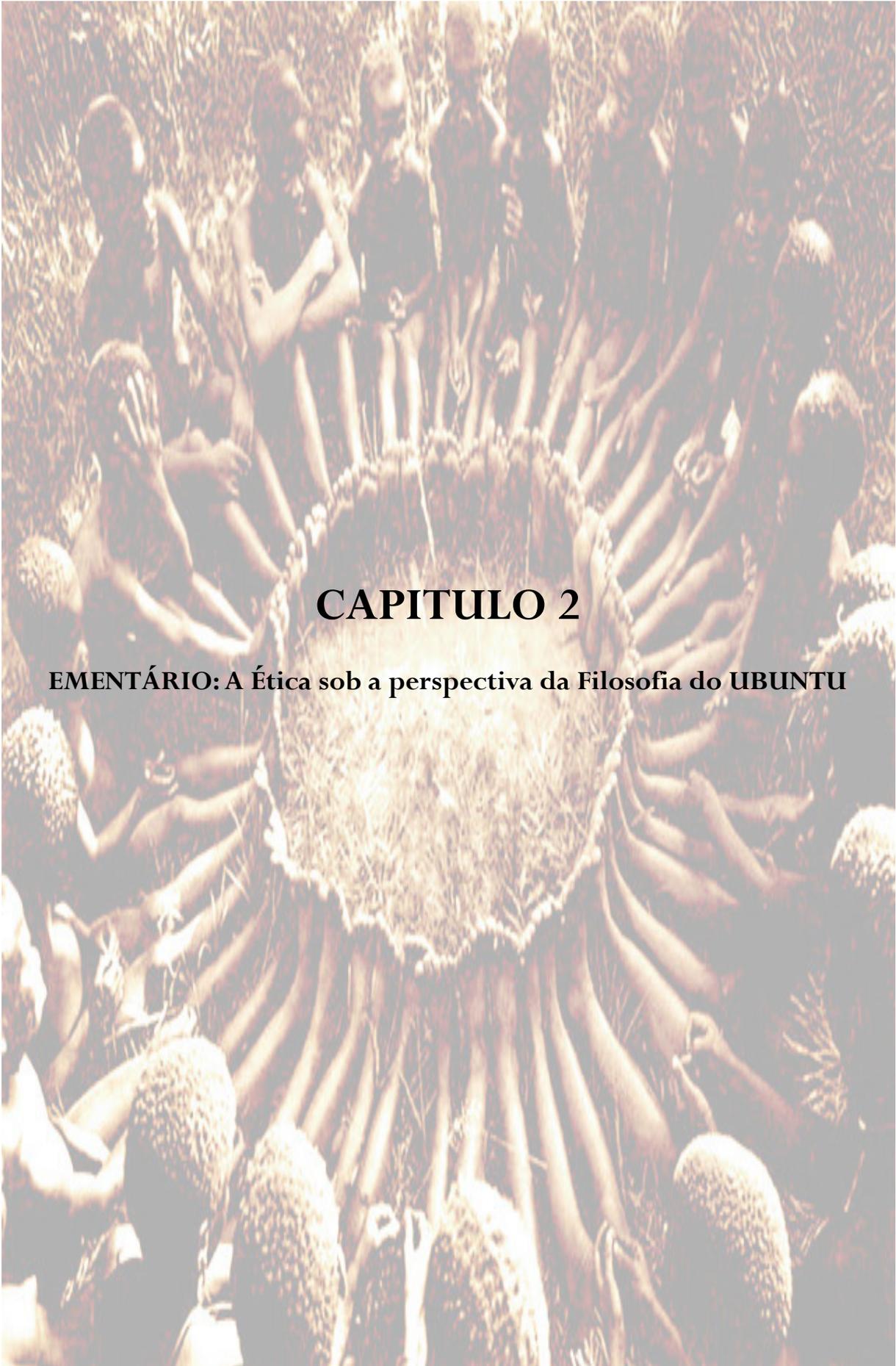
	Pesquisar temas po- líticos relacionados à questões éticas que envolvam a etnia	ATIVIDADE EM CLASSE	06/06	2	OBSERVAÇÃO	LABORATÓRIO DE INFORMÁTI- CA.	EXERCITAR A CAPACIDADE DE ENTENDIMENTO E PESQUISA DOS ALUNOS
	Produzir texto dissertativo	Atividade avaliativa dis- sertativa	13/06	2	OBSERVAÇÃO	LIVRO, QUADRO BRANCO, PINCEL ATÔMICO, COM- PUTADOR, PRO- JETOR	OBSERVAÇÃO DA CAPACIDADE DIS- SERTATIVA
<p>Descreva aqui sua sistemática (critérios) de avaliação para 2ª nota (a data deve ser incluída em uma das semanas acima):</p> <p>OCORRERÁ ATIVIDADE AVALIATIVA COM A PRODUÇÃO DE TEXTO DISSERTATIVO, RESPONDENDO A 4 (QUATRO) QUESTÕES FORMULADAS A PARTIR DOS ASSUNTOS MINISTRADOS NO BIMESTRE. OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS OBE-DECEM À COERÊNCIA E COESÃO DO TEXTO.</p>							

Descreva aqui sua sistemática (critérios) de recuperação final: (11ª semana – 24/06)

OCORRERÁ ATIVIDADE AVALIATIVA COM A PRODUÇÃO DE TEXTO DISSERTATIVO, RESPONDENDO A 4 (QUATRO) QUESTÕES FORMULADAS A PARTIR DOS ASSUNTOS MINISTRADOS NO BIMESTRE. OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS OBEDECEM À COERÊNCIA E COESÃO DO TEXTO.

OBSERVAÇÕES:

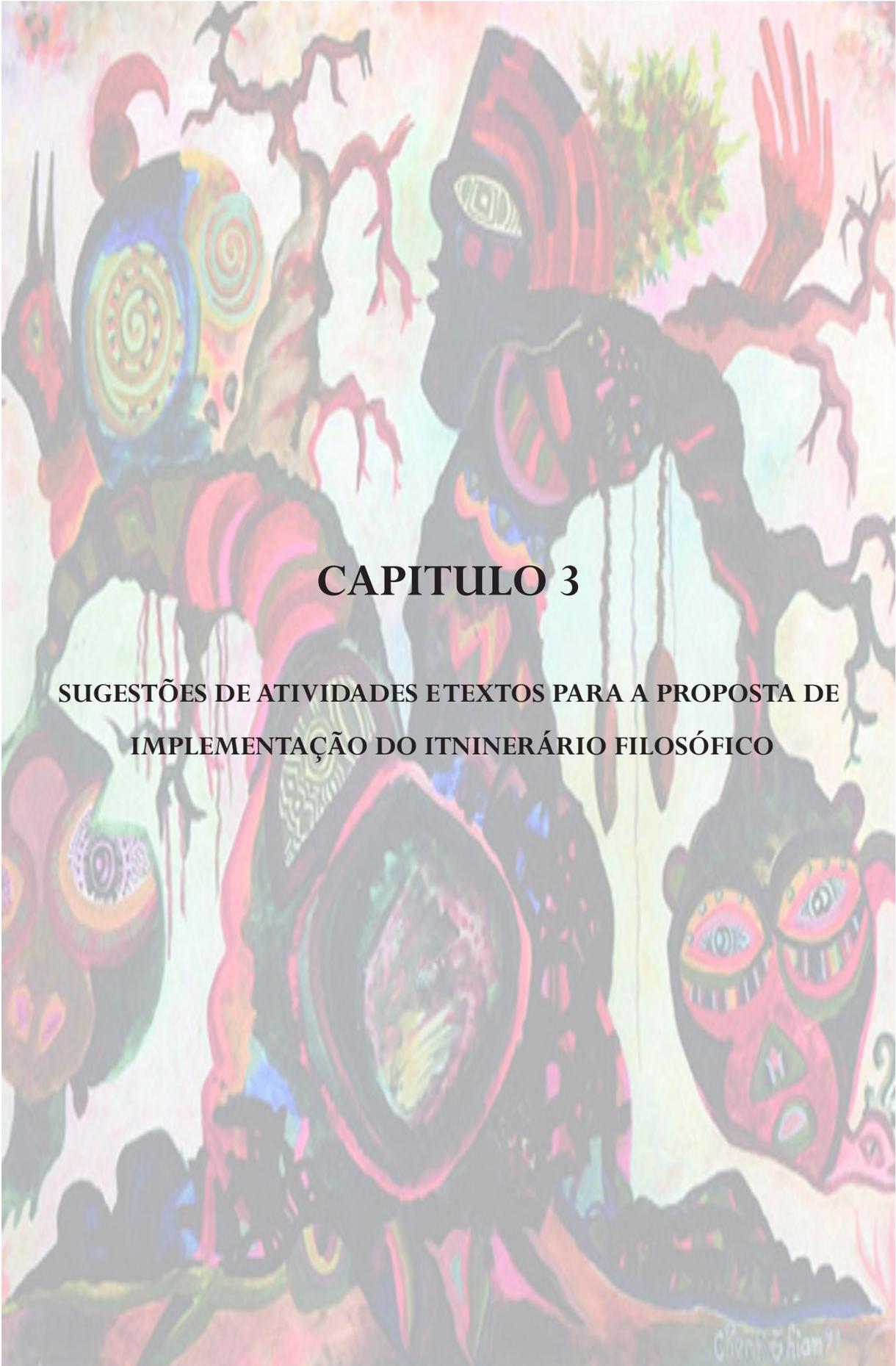
Nos dias 18/04 e 30/05, datas de feriado, as aulas serão remar cadas em horários e dias em conformidade com a coordenação pedagógica



CAPITULO 2

EMENTÁRIO: A Ética sob a perspectiva da Filosofia do UBUNTU

Tema: A Ética sob a perspectiva da Filosofia do UBUNTU Duração: 6 horas-aula				
Objetivos	Conteúdo	Atividades	Recursos didáticos	Avaliação
<p>✓ Compreender a construção conceitual dos princípios da ética ocidental e suas inferências no mundo;</p> <p>✓ Conhecer a Filosofia do Ubuntu e sua Ética;</p> <p>✓ Relacionar as expressões de vida e prática da ética do Ubuntu com as experiências de vida dos alunos;</p>	<p>✓ Introdução ao tema partindo da conceptualização dos princípios da Ética e seus desdobramentos; destacando o EUROCENTRISMO E COLONIALISMO.</p> <p>✓ Caracterização da concepção de Filosofia do Ubuntu e seu diálogo com o ocidente;</p> <p>✓ Aspectos dialógicos e conceituais entre a Ética do ubuntu e a contextualidade sócio cultural.</p>	<p>✓ Aula expositiva dialogada sobre a Ética. Leitura e discussão de texto com base nas representações de ética dos alunos relacionando com o eurocentrismo e, colonialismo</p> <p>✓ Contextualização da Ética ocidental com a filosofia do Ubuntu;</p> <p>✓ Estudo de Texto</p>	<p>Texto 1: Ética a partir dos paradigmas</p> <p>Texto 2: Ancestralidade, encantamento e Ética.</p> <p>Texto 3: “A filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma filosofia”.</p> <p>Texto 4: “A Ética filosófica do Ubuntu na sala de aula”.</p>	<p>Estudo dirigido</p> <p>Análise crítica</p> <p>Carta argumentativa</p>



CAPITULO 3

**SUGESTÕES DE ATIVIDADES E TEXTOS PARA A PROPOSTA DE
IMPLEMENTAÇÃO DO ITNINERÁRIO FILOSÓFICO**

TEXTO 1: Ética a partir dos paradigmas

Podemos afirmar que no mundo da Filosofia, de um modo geral, a ética é vista como o conjunto de ideias que orientam a humanidade na busca de uma convivência satisfatória. Todos os seres humanos desejam encontrar um modo de vida que lhes satisfaça o anseio natural de estar de bem com os semelhantes. Todos, em princípio, querem viver uma vida boa.

Nesta perspectiva, a ética passa a ser entendida como um conjunto de normas e princípios a partir dos quais os homens procuram distinguir o bem do mal, o certo do errado, o justo do injusto, para melhor poderem conviver em sociedade. Nesses termos, a ética regula as ações do convívio humano. Pode-se, contudo, também destacar que a ética é o conjunto de conhecimentos e teorias, expressos em princípios e normas, de que se serve a vontade humana para bem conduzir as suas ações. Essas ações voltam-se para a sobrevivência e a realização do ser humano como ser complexo dotado de razão, sentimentos e emoções. Assim, a ética visa a tornar a vida relacional possível e quer ajudar as pessoas na sua realização. A ética passa a ser a mediação necessária para que a humanidade possa aproximar-se da utopia sonhada em termos de convivência.

a) Distinção entre deontologia, moral e ética: *deontologia* vem do grego *déontos*, “dever” e *lógos*, “discurso”. É um tratado, um conjunto de deveres, princípios e normas adotados por um determinado grupo profissional. Já a palavra *moral* tem sua origem no latim. Ela provém dos termos *mos* ou *mores* que significam os usos e costumes de um povo. Também podem significar um conjunto de regras adquiridas pelo hábito. Já a palavra *ética* tem a sua origem na

palavra grega *ethos* e significa o modo de ser, caráter adquirido. Os três termos, em sua origem etimológica, expressam uma forma de comportamento adquirido. Daí porque muitas vezes não se faz distinção entre moral e ética. Nesse nosso texto seguiremos essa compreensão, no entanto é bom termos presente também a distinção que muitos pensadores fazem e que está bastante presente em nosso meio. Para estes, a moral é o conjunto de normas que regulamentam as ações no convívio social. É a prática consagrada pelo costume, pelo hábito. É a cultura vigente que norteia e delimita as ações. Age moralmente quem segue os princípios estabelecidos tacitamente. A ética, por sua vez, é a reflexão dessa prática moral. É a discussão, o debate em torno das práticas consagradas pelo costume ou que estão sendo instituídas como formas corretas de vida moral. Sob esta ótica, a ética passa a ser um estudo metódico em torno de um objeto específico. A ética será, então, uma ciência cujo objeto é a moral. É a ciência que estuda e analisa o comportamento habitual do modo de vida do dia a dia das pessoas. Nesse sentido, a ética não é normativa como a moral, mas apenas discute o sentido de determinada prática moral. Esta discussão pode resultar numa interferência nas normas morais na medida em que a reflexão evidencia a necessidade de uma mudança do comportamento vigente. Para que tal mudança aconteça é preciso que as pessoas passem, gradualmente, a assumir um novo comportamento.

b) Quando nasceu a ética? A ética nasceu no momento em que duas ou mais pessoas decidiram viver em grupo. No momento em que o homem tomou esta decisão percebeu imediatamente que a vida grupal só seria viável mediante uma regulamentação dos comportamentos e das ações. A vida solitária é sempre sem ética, mas como o homem é praticamente impensável fora de uma sociedade, a ética tornou-se imprescindível. Assim, a ética surge nas sociedades mais primitivas, antecedendo as normas jurídicas. Estas apenas aparecem com o nascimento da sociedade civil, quando a moral

tornara-se insuficiente para garantir a boa convivência.

c) Qual é a base da ética? A partir da própria definição terminológica pode-se afirmar que a base da ética é sempre a cultura, o hábito, o *modus vivendi* de um grupo. Esse *modus vivendi* começa de uma forma bem simples, com poucas orientações e restrições. Na medida em que a vida de um grupo ou um povo vai-se prolongando, também a complexidade vai aumentando, exigindo cada vez mais princípios que possam salvaguardar a dignidade humana e a felicidade de viver. O *modus vivendi* vai sendo construído a partir da visão de mundo e de homem que o grupo ou o povo vai constituindo. Esta visão de mundo (cosmovisão), somada à visão de homem, é que irá formar uma visão ampla de toda realidade que chamaremos de paradigma. O paradigma é construído lentamente pela História da humanidade. É um modelo de compreensão do mundo das coisas e da vida e servirá de fundamento para nortear as ações humanas. Assim, a partir de cada paradigma vai-se constituindo uma ética. Isso significa que a ética é, propriamente, o resultado da cosmovisão e da visão de homem.

Quando lançamos um olhar sobre a História da humanidade percebemos que, inicialmente, a cosmovisão é fortemente influenciada pela fantasia e pelo temor do homem diante das “forças divinas” ou “cósmicas”. A ética é, assim, o resultado das exigências atribuídas aos seres ou forças invisíveis que, de certa forma, nos controlam. Aos poucos essa visão vai-se modificando e o homem, de simples criatura subserviente, vai-se tornando senhor do seu destino. Daí em diante o homem passa a ser senhor do mundo e das próprias ações. A ética, resultante

dessa visão, caracterizar-se-á pela busca da satisfação das vontades individuais que, na maioria das vezes, estão voltadas apenas para os interesses próprios de cada homem. É o início da modernidade que vai produzir reflexos negativos que hoje amargamos e que, pela reflexão e discussão, procuramos superar.

d) Quais são os grandes paradigmas? Até aqui temos defendido a hipótese de que a ética resulta da visão de mundo e de homem que a humanidade constrói. Se a nossa hipótese estiver correta perguntamo-nos: Quais são os grandes paradigmas que a humanidade produziu e que sustentaram historicamente a ética? Entendemos que podemos dividir a História da humanidade em quatro grandes paradigmas, com o quarto deles ainda em fase de estruturação, visto que a nossa época é de crise. A crise que hoje vivenciamos configura-se nos seguintes termos: já sabemos que o que está aí, não queremos. De certa forma também já sabemos o que queremos. Não sabemos, porém, qual é o ideal de homem e de ética que devemos perseguir para que possamos superar o que consideramos negativo no atual modelo. Os paradigmas, historicamente consagrados, são os seguintes: o mitológico, o da objetividade e o da subjetividade. O paradigma da intersubjetividade nos parece ser o que está em construção. Esses paradigmas são os grandes pilares que serviram e servem de fundamento da ética. Na nossa análise iremos caracterizar cada paradigma pela sua cosmovisão e visão antropológica. Depois procuraremos entender a ética que decorre de cada paradigma. Em seguida apontaremos para alguns elementos responsáveis pela crise de cada paradigma e a consequente necessidade de gerar um novo modelo.

REFERÊNCIA: ALLES, Luis. Ética a partir dos paradigmas. In: RUEDELL, Aloísio (org) .[et al.].Filosofia e ética. Ijuí : Ed. Unijuí, 2014. p. 93-95.



Sobre o autor:

Luis Alles

Possui Graduação em Filosofia pelo Instituto Educacional Dom Bosco (1981), Graduação em Estudos Sociais pelo Instituto Educacional Dom Bosco (1981), Graduação em Teologia pela PUC/RS (1985), Especialização em Filosofia pela PUC/RS (1984) e Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996). Atualmente é professor tempo parcial da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, ensino, pastoral, Filosofia e formação humanística.

Fonte: Foto retirada da internet

Contextualizando o texto:

O texto oportuniza o contato com as noções primeiras que estabelecem a Ética na sociedade. Apresenta de forma bem conceitual alguns dos elementos que podem embasar uma boa discussão e posterior produção textual, além de fomentar a reflexão por meio da noção de *paradigma*, que certamente renderá muitos questionamentos sobre o papel da liberdade, a condição de sociabilidade, a percepção de espaço e território, a presença do outro na constituição da identidade e a construção da subjetividade – questões auxiliares para o desenvolvimento da temática por parte dos professores.

Sugestões de direção do texto:

- Solicitar a leitura individual do texto. Em seguida buscar fazer um diagnóstico dos termos conhecidos e desconhecidos;
- Realizar a aula expositiva, na qual o professor pode provocar os alunos a relacionar a ética no seu dia a dia, estimulando os alunos sobre a compreensão do texto. Pode-se pedir que descrevam suas próprias rotinas cotidianas que envolvam a ética.
- Posteriormente, dividir em grupo, para que respondam questionamentos apresentando argumentos consistentes das questões: colocar as questões (slides)
- Por fim, expor a resposta do grupo, permitindo a possibilidade de palavra a todos os participantes, depois o professor sintetiza o que foi apresentado pelos grupos, complementando as respostas dadas. Aqui o professor deve já destacar a existência de outraverentes de ética.

TEXTO 2: Ancestralidade, Encantamento e Ética

A razão ocidental - pragmática, instrumentalista, calculista, árida, numa palavra, desencantada - matou o mistério e desencantou seu mundo. A religião transformou-se em ideologia, quando muito, ou em fraude, com frequência. A ciência entrou no buraco-negro da especialidade e abdicou do seu sonho de dar sentido ao mundo. A política caiu em si em seu devaneio idealista e irrompeu o mundo da realidade como um mal necessário, não como uma promessa de salvação. A academia, salvo linhas-de-fuga que lhe atravessam, acomodou-se na estrutura medieval que lhe dá contorno, substituindo a batina escura pelo avental branco. A economia já não é uma ciência social aplicada, mas uma comunidade privada de especuladores. A filosofia tornou-se um ventríloquo que repete sua tradição à exaustão, fatigando quem consome, entorpecendo quem produz. Mas além desse mundo desencantado, há outros que co-habitam o tempo-espaço da realidade que mantiveram seu movimento, sua ginga, seu compasso. Produzidos pelo encantamento, encantamento produzem.

O encantamento não é um estado emocional, de natureza artística que nos arrebatamos os sentidos e nos impõe sua maravilha. [...] *O encantamento é uma experiência de ancestralidade que nos mobiliza para a conquista, manutenção e ampliação da liberdade de todos e de cada um* [grifo nosso]. Assim, é uma ética. Uma atitude que faz sentido se confrontada com o legado dos antepassados. Confrontamento que faz sentido se atualizado na contemporaneidade. Estamos para além do conceito de tradição e longe do conceito de folclore. A ancestralidade é uma forma cultural

em si mesma ética porque o contorno de seu desenho é uma circularidade que não admite o excluído. [...] Uma ética, então, que não rejeita a complexidade do mundo.

A ética da ancestralidade é comunitarista e compreende perfeitamente que a comunidade não é uma abstração conceitual, nem utópica, mas uma realidade maior importância para o exercício da vida plena e da cidadania. De volta o discurso idealista? Não! Parte-se da África inventada no Brasil que é o lugar daqueles que sobreviveram por um motivo simples: não se deixaram converter em indivíduos, e mantiveram-se comunidades. Não fosse isso, teríamos desaparecido, enquanto experiência de resistência, permanência e consistência da face da Terra! [...]

O Outro, excluído ou não, é o critério da ação ética, pois nele reside o elemento ontológico que nos vincula ao mundo e não que nos subtrai dele. O Outro é o Mundo! Esse é o fundamento ontológico de uma epistemologia antirracista que tem na ancestralidade africana sua forma cultural privilegiada.

Esse também é o fundamento de uma educação antirracista alicerçada na cultura de matriz africana recriada no Brasil e na América Latina, base de nosso programa filosófico educativo. Esta a proposta da Filosofia da Ancestralidade em diálogo fecundo e criativo com a educação das relações étnico-raciais, baseada na experiência africana ressemantizada no Brasil e, desde o Brasil diaspórico negro conectar-se com o mundo contemporâneo (OLIVEIRA, 2012, p. 42-45).

REFERÊNCIA: DE JESUS, Rodrigo Marcos, NEGRI, Edson Cleber, CÂNDIDO, CÂNDI-

DO, Juarid Rios (Orgs). Filosofia e consciência negra: desconstruindo o racismo – Cuiabá: EdUFMT, 2018.

Sobre o autor:



Eduardo Oliveira, professor de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordena o Grupo de Pesquisa Griô: Cultura Popular e Diáspora Africana. Suas pesquisas abordam os temas: filosofia da ancestralidade, ética, filosofia latino-americana, antropologia social, educação e movimentos sociais populares, cosmovisão africana, estudos afro-brasileiros, literatura africana. Assessora movimentos sociais populares, na área de negritude, educação popular e economia solidária.

Fonte: Livro Filosofia e Consciência negra: desconstruindo o racismo (2018)

Contextualizando o texto:

Nesse texto, os professores tem espaço para apresentarem e discutirem com seus alunos questões como colonialismo, eurocentrismo e etnocentrismo. Como perspectivas de nulidade e invisibilidade do outro (não europeu) enquanto ser pensante. Será também bastante oportuno à baila do discurso sobre a Ética, correlacionar ancestralidade e comunidade, encantamento e pertencimento, o outro e o eu. Potencializando o entendimento da multiplicidade do mundo e da fecundidade das relações interpessoais.

Sugestões de direção do texto:

- Realizar a leitura coletiva do texto;
- Destacar os termos centrais do texto e situa-los na vida cotidiana dos alunos
- Contextualizar com a realidade dos alunos os termos ancestralidade e encantamento enquanto princípios de discussão filosófica
- Produção textual com conotação de vivências dos alunos

TEXTO 3: A FILOSOFIA DO UBUNTU E UBUNTU COMO UMA FILOSOFIA

Filosofia Ubuntu

Ubuntu é a raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada *sobre ubuntu*. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva do *ubuntu* com o qual é conectado indissoluivelmente. *Ubuntu* é, então, como uma fonte fluída ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas forem as bases da filosofia, então a filosofia africana pode ser estabelecida em e através do *ubuntu*. Nosso ponto de partida é que *ubuntu* pode ser visto como base da filosofia africana. Para além de uma análise linguística de *ubuntu*, um argumento filosófico persuasivo que poderá criar toda uma “atmosfera familiar” que é um tipo de afinidade filosófica e um parentesco entre o povo nativo da África. Sem dúvida teremos variações entre esta ampla “atmosfera familiar” filosófica. Mas o sangue circulando entre os membros da “família” é, na base, o mesmo. Nesse sentido, *ubuntu* é a base da filosofia africana.

Neste texto buscaremos elucidar a visão que *ubuntu* é simultaneamente a fundação e edifício da filosofia Africana. Justamente como o solo, a raiz, os ramos e folhas, juntas como unicidade dão significado para nosso entendimento da árvore, assim é com *ubuntu*. A fundação, o solo no qual está fixado, assim como a construção, podem ser vistos como uma continuidade bastante inteira além dos fragmentos da realidade. De acordo com isso, a ontologia e a epistemologia africanas podem ser entendidas como dois aspectos de uma mesma realidade. Nós devemos adotar esta aproximação filosófica em nossa explicação da filosofia

ubuntu.

Em termos de demarcação geográfica, concordamos parcialmente com a delimitação de DeTejada (1979). Assim a filosofia *ubuntu* que discutimos “veio do deserto Núbio para o Cabo da Boa Esperança e do Senegal ao Zanzibar”. Entretanto, esta delimitação é questionável uma vez que o deserto do Saara não é a marca de nascimento indelével da África. Por esta razão, o significado e a importância da interação humana antes do nascimento do deserto de Saara pode ser tomado em consideração. Não devemos, no entanto, buscar esta linha de questionamento no presente texto.

Filosofia em Ubuntu

Filosoficamente, a melhor forma para aproximar-se deste termo é pô-lo como uma palavra hifenizada, *ubu-ntu*. *Ubuntu* é atualmente duas palavras em uma. Consiste no prefixo *ubue* na raiz *ntu*. *Ubu* evoca a ideia da existência, em geral. Abrindo-se à existência antes de manifestar a si mesmo na forma concreta ou no modo de existência de uma entidade particular. *Ubu* aberto à existência é sempre orientado para um desdobramento, que é uma manifestação concreta, incessantemente contínua, através de formas particulares e modos de ser. Nesse sentido, *ubu* é sempre orientado para um *ntu*. Em um nível ontológico, isto não é uma separação e divisão estrita e literal entre *ubu* e *ntu*. *Ubu* e *ntu* não são radicalmente separáveis e realidades irreconciliavelmente opostas. Pelo contrário, são mutualmente fundadas no sentido em que são dois aspectos da existência como uma unicidade e inteireza indivisível. Portanto, *ubu-ntu* é uma categoria ontológica e epistemológica no pensamento africano do povo de língua banta. É

a indivisível unicidade e inteireza da epistemologia e ontologia. *Ubu* é geralmente entendido como a existência e pode ser dito como uma ontologia distinta. Enquanto *ntu* é um ponto no qual a existência assume uma forma concreta ou um modo de ser no processo contínuo de desdobramento que pode ser epistemologicamente distinto.

A palavra *umu* compartilha uma modalidade ontológica idêntica com a palavra *ubu*. Enquanto a abrangência de *ubu* é geralmente ampla, *umu* tem a tendência de ser mais específica. Colocada junto com *ntu* então, *umu* resulta em *umuntu*. *Umuntu* significa a emergência do homo loquens, que é simultaneamente um homo sapiens. Em uma linguagem coloquial, significa o ser humano: o criador de política, religião e lei. *Umuntu* então é uma manifestação concreta e específica do *umu*: é um caminhar do geral para o específico concreto. *Umuntu* é uma entidade específica que estende-se a conduzir uma investigação ao ser, experiência, conhecimento e verdade. Esta é uma atividade anterior ao ato. É um processo contínuo impossível de parar. Por esta razão, *ubu* pode ser considerado como vir a ser e isto evidentemente implica uma ideia de movimento. Nos propomos a considerar tal movimento incessante como verbal ao invés de verbo. *Ntu* pode ser interpretado como existindo temporalmente. Neste sentido, *ntu* é um nome. A indivisível unicidade e inteireza de *ubu-ntu* significa, por essa razão, que *ubuntu* é um nome verbal.

Porque o movimento é o princípio da existência para *ubuntu*, o agir tem precedência sobre o agente, sem, ao mesmo tempo, imputar uma separação radical ou oposição irreconhecível entre os dois. “Dois”, aqui dito, somente

para dois aspectos de uma e a mesma realidade. *Ubuntu* é, então, um gerúndio. Mas também é um gerundivo⁴ ao mesmo tempo, desde que o nível epistemológico possa cristalizar dentro de si uma forma particular de organização social, religiosa ou legislativa. *Ubuntu* é sempre um “ade” e não um “ismo” [é sempre um estado de ser e não um sistema]. Entendemos que esta lógica do *ubu-ntu* também se aplica para o *hu* e *nhu* na língua xona do Zimbábue. Portanto, isto não pode ser traçada como hunhuísmo como Samkange (1980) tem feito. O sufixo ismo deixa uma impressão errônea que estamos encarando verbos e nomes como entidades fixas e separadas existindo independentemente. Portanto, eles funcionam como fixações para ideias e práticas um tanto quanto dogmáticas e consequentemente imutáveis. Então, o dogmatismo e imutabilidade constituem falsas necessidades baseadas num pensamento fragmentado. Este último é um pensamento – baseado no entendimento de estrutura linguística de sujeito-verbo-objeto – que postula uma oposição fundamental irreconciliável no vir a ser. No fundamento desta oposição imputada o vir a ser é fragmentado em pedaços da realidade com uma existência independente da sua própria.

Sem a fala do *umuntu*, *ubu* é condenado a um inquebrantável silêncio. O discurso do *umuntu* é, portanto, apoiado em torno deste, e é orientado inevitavelmente para o *ubu*. A linguagem do *umuntu* “releva”, isto é, direciona e foca todo o domínio epistemológico para uma ontologia do *ubu*. Isto é feito pela combinação contemporânea e indissolúvel entre *ubu* e *umuntu* através da máxima *umuntongumuntungabantu* (*mothohemothokabatho*). Embora que na língua portuguesa não possa ser exaurido o significado

desta máxima ou aforismo, pode, entretanto, ser traduzido para significar que ser um humano é afirmar sua humanidade por reconhecimento da humanidade de outros e, sobre estas bases, estabelecer relações humanas com os outros. *Ubuntu*, entendido como ser humano (humanidade); um humano, respeitável e de atitudes corteses para com outros constitui o significado principal deste aforismo. *Ubu-ntu*, então, não apenas descreve uma condição de ser, na medida em que é indissoluvelmente ligado ao *umuntu*, mas também é o reconhecimento do vir a ser e não, como desejamos enfatizar, o ser e o vir a ser.

Neste sentido, é simultaneamente gerúndio e gerundivo como está implicado na imperativa *ngabantu*. Em outras palavras, o ser humano não é suficiente. Se é intimado, sim, comandado como se fosse realmente tornar-se um ser humano. O que é decisivo, então, é provar para si mesmo ser a personificação do *ubuntu* (*botho*), porque o julgamento fundamento ético, social e legal do humano digno e da conduta humana é baseada sobre *ubu-ntu*. O julgamento, pronunciado com aprovação ou desaprovação, respectivamente, é expressa invariavelmente nestes termos: *kemotho* ou *gase motho*. Na língua original, o aglomerado *Sotho* no grupo de falantes *Bantu*, estas expressões não podem ser interpretadas literalmente, desde que termos literais queiram dizer ele/ela como um ser humano ou ele/ela não é um ser humano. Uma interpretação literal resume a afirmação ou a negação do óbvio e nos restringimos a uma definição biológica do ser humano. Muito pior, a negação poderia ser sem sentido desde que a asserção não abole nem altera a definição biológica ou a natureza do ser humano. Assim, a afirmação ou a nega-

ção do *ubu-ntu* (*botho*) é uma metáfora para o julgamento ético, social, e legal do humano digno e da conduta humana. Na esfera política, a arena veritativa para a criação de leis, *ubu-ntu* é reafirmado como base do julgamento em três domínios mencionados da vida humana, sob a máxima: *kgosikekqosikabatho*, significando que a fonte e a justificação do poder real é o povo. Ainda aí, *ubu-ntu* repete exaustivamente porque *ba-tho* (*ba-ntu*) é simplesmente o plural de *mo-tho* (*umu-ntu*). Portanto, a esfera da política e da lei não é somente permeada com *ubu-ntu*, mas também baseada nela. Cumulativamente, estas considerações constituem, juntas, as bases para nossa apresentação no qual *ubuntu* é uma fundamentação filosófica da filosofia africana no povo *Bantu*.

REFERÊNCIA: RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.



Fonte: Foto retirada da internet

Sobre o autor:

MOGOBE BERNARD RAMOSE

Filósofo sul -africano. Professor de filosofia na Universidade da África do Sul (Pretória). Desenvolve suas pesquisas nos campos da filosofia africana e da filosofia política, do direito e das relações internacionais. Autor, dentre outros, de Filosofia africana através do Ubuntu [AfricanphilosophythroughUbuntu]; dos artigos “Sobre a legitimidade da filosofia africana” (revista Ensaios Filosóficos, vol. IV, 2011) e “Globalização e Ubuntu” (no livro organizado por B. S. Santos e M. P. Meneses. Epistemologias do Sul).

Contextualizando o texto:

O texto apresenta a Filosofia do Ubuntu. Possibilidade oportuna para os professores alinharem tal proposta ao pensamento corrente e problematizarem a escassez de fontes de referenciais, a ausência dos temas no debate da sala de aula, a presença de organismos legais e legislação constituída que versa sobre a temática étnica, o contexto de vida e contrastes da realidade dos alunos, outras omissões e nulidades presentes no cotidiano escolar. A partir da experiência de se pensar o outro sob a perspectiva do Ubuntu, subsidiará aos professores um outro viés de confronto, discussão e reconhecimento da diferença enquanto fator de ressignificação da própria identidade.

Sugestões de direção do texto:

- Realizar a leitura coletiva do texto;
- Discutir com os alunos – estimulando as suas próprias experiências - termos como alteridade, reconhecimento, identidade e existência.
- Materializar as impressões em forma de texto dissertativo.

TEXTO 4: A ÉTICA FILOSÓFICA DO UBUNTU NA SALA DE AULA: um debate sobre o racismo no futebol brasileiro (um recorte)

A ÉTICA FILOSÓFICA DO UBUNTU NA SALA DE AULA

O *ubuntu* é o espírito ou princípio filosófico fundamental da vida do povo africano, sendo um conceito que compõe o reconhecimento do ser humano consigo mesmo e com os outros, por uma indelével experiência entre os homens, mulheres e o mundo em uma harmonia universal. A construção conceitual dos princípios da ética ocidental, que estão na origem das cidades-estados, pólis, na Grécia Clássica (V a. C.), teve como fonte marcante o aparecimento do pensamento filosófico, em especial, a filosofia de Sócrates, que é considerado o pai da filosofia ética no ocidente. Nesta esteira, podemos encontrar características em comum com o espírito do *ubuntu*, o que pode ser observado na expressão filosófica do cuidado de si e cuidado dos outros, quando Sócrates chama atenção dos cidadãos de Atenas:

Tu ateniense, cidadão da maior cidade e mais célebre por sabedoria e poder, não te envergonhes de pensar em acumular o máximo de riquezas, fama e honras, sem te preocupar em cuidar da inteligência, da verdade e da tua alma, para que se tornem tão boas quanto possível? (PLATÃO, 2000, p. 88).

Deste mesmo modo, a filosofia grega em sua origem possuía na sua prática ética uma preocupação com o princípio universal do cuidado com a alma (*psykhé*), a saber, a alma como um princípio de natureza ou espiritual, vital para a convivência entre os homens, que deve

ser continuamente cuidado, a fim de cultivar a paz e o diálogo na formação política da comunidade humana.

O pesquisador moçambicano José P. Castiano, no livro *Referenciais da Filosofia Africana (2010)*, traz uma leitura da expressão de vida e da prática ética do *ubuntu* com as concepções conceituais da filosofia ocidental:

Ubu-ntu é a categoria epistemológica e ontológica fundamental no pensamento dos povos *Bantu*, expressando o *ubu* uma compreensão generalizada da realidade ontológica do Ser enquanto Ser, e o *ntu* assumindo formas e modos concretos de existência num processo contínuo (CASTIANO, 2010, p.156).

O princípio filosófico e ético do *ubuntu* ganha um caráter de modo de vida para os sujeitos que buscam a liberdade como uma condição ontológica indissociável da prática dos valores humanos éticos. Este espírito livre e de resistência foi descrito no manifesto do movimento da juventude do *The African National Congress (ANC)*, Congresso Nacional Africano (CNA), que contou com a participação de Nelson Mandela, em 1944. Neste manifesto está descrito em um dos seus princípios, o pensamento ético do *ubuntu*: “O africano quer o universo como um todo orgânico que tende à harmonia e no qual as partes individuais existem somente como aspectos da unidade universal”.

A prática ética do *ubuntu* representou a experiência da tradição filosófica do homem negro contra a violência na reconciliação política e na constituição de sujeitos. Agruras e sofrimento do povo negro não significou o esquecimento, mas um fator de resistência por uma luta na ressignificação dos sujeitos. Por

esta razão, o princípio da prática ética do *ubuntu*, como revela Mandela em entrevista quando diz: “eu só posso ser eu através de você e com você”, pode parecer-nos estranho, mas poderá sinalizar para um caminho de criação de uma ideia ou princípio que poderá unir a sociedade brasileira plural.

Neste contexto, mesmo com a existência de uma cultura de mercado para o consumo, que prega o sujeito individualista, tornando o sujeito uma coisa a ser explorada, gerando uma “confusão dos espíritos” (2015, p.50), conforme diz Milton Santos no livro *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Esta confusão sobre ser dos sujeitos acaba sendo a tônica dominante produzida pelo poder mídia sobre a opinião pública na realidade social brasileira, onde o político é cooptado pelo poder econômico, assim como em muitos países em desenvolvimento. Com isso, a busca por um pensamento de uma “consciência universal” na prática ética da filosofia africana do *ubuntu* na construção da realidade social do Brasil pode vir a ser uma perspectiva de resignificação para o sujeito que não conhece sua história.

Isto é, para que o brasileiro, em especial o afrodescendente, possa encontrar novos caminhos para compreender sua própria história, visto que muitos homens, mulheres e crianças do grupo etnolinguístico “*Banto*” (*ba-ntu*, significa “humanos”) da África Subsaariana foram trazidos e escravizados aqui no Brasil e mesmo assim resistiram e reproduziram sua visão de mundo dentro da formação histórica e socio-cultural brasileira, o projeto aqui explorado visa em certa medida resgatar o pensamento presente na nossa formação cultural brasileira.

Com efeito, a prática do racismo, testemunhada em atos ocorridos no Brasil, em especial nos recentes casos no futebol brasileiro, configura o crime de injúria racial, que está previsto no Art. 140. §3º do Código Penal Brasileiro: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Pena de reclusão de um a três anos e multa”. Porém, o que devemos combater e trazer ao espírito de reflexão filosófica dos jovens estudantes é que aqueles que cometem esse tipo de crime, que ofende o princípio da dignidade da pessoa humana, através do preconceito e da discriminação, seja por raça, gênero, sexo, condição social ou psicofísica, acabam tendo uma condenação ética diante de si mesmo e jurídica perante toda a sociedade, que não pode aceitar mais este tipo de ato hediondo.

REFERÊNCIA: NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. **A ÉTICA FILOSÓFICA DO UBUNTU NA SALA DE AULA:** um debate sobre o racismo no futebol brasileiro. Revista *Ideação*, edição especial, 2017.

Sobre o autor:

Carlos Eduardo Gomes Nascimento

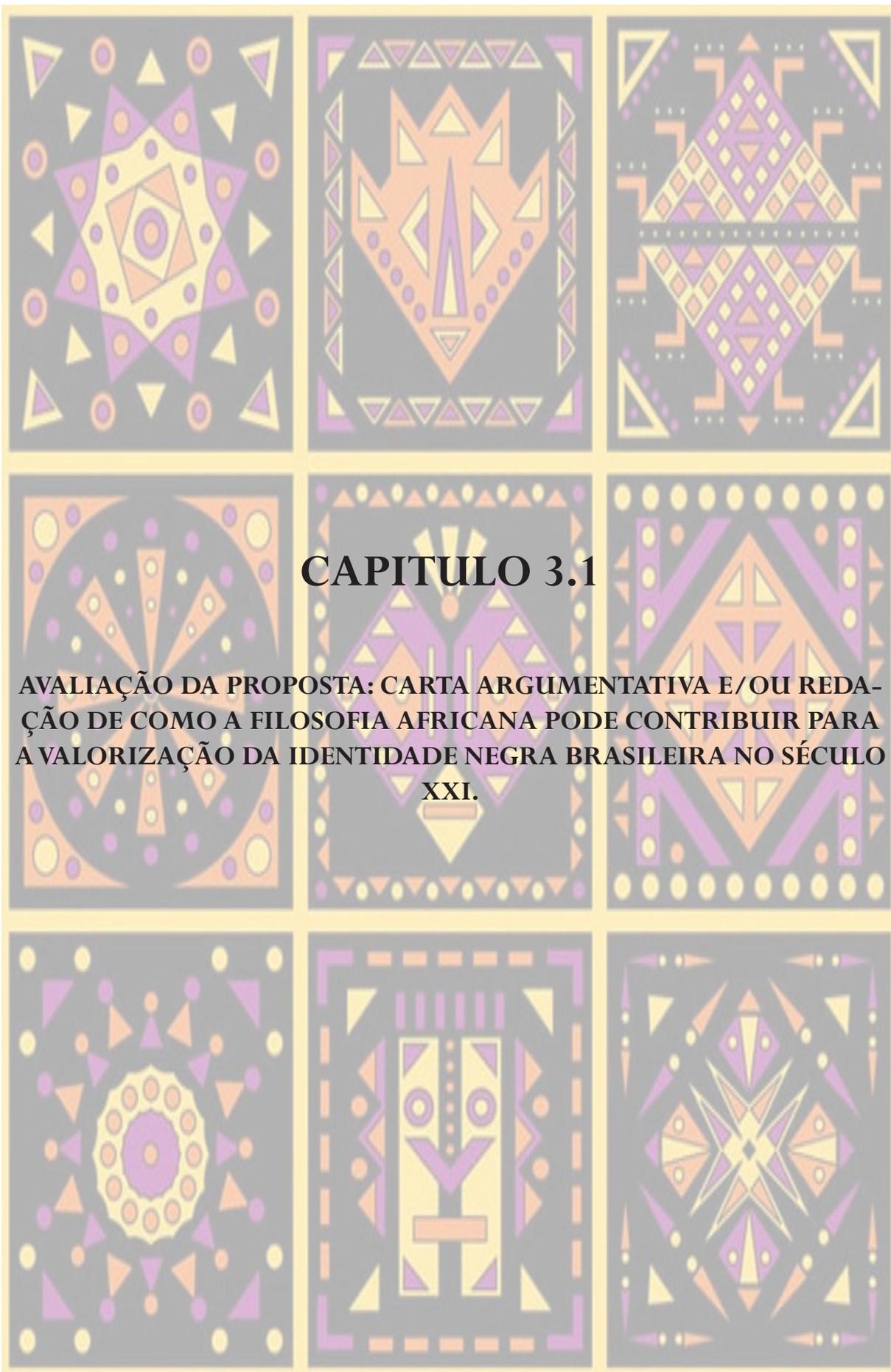
Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (2015). Participou de ações na Educação Básica: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em Filosofia/UFBA (2013/2015) e em Pedagogia/UFBA (2016); atua com tutoria e orientação no curso de Especialização de Ensino em Filosofia do Ensino Médio da Universidade Federal da Bahia (2014/2015). Atualmente é tutor e orientador do curso de Especialização de Ensino em Filosofia do Ensino Médio da Universidade Federal da Bahia (2017/2018). Participou do programa social Pré-Vest/UFBA (2015) como professor de filosofia. Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia (2018).

Contextualizando o texto:

Apesar do texto indicar uma abordagem que diretamente não é o foco de nossa proposta – o racismo – esta possivelmente será oportuna experiência de debate e reflexão com os alunos, de como as diferentes perspectivas de entendimento da ética podem contribuir para a constituição da própria subjetividade. E, como o contrário, o estranhamento e alienação, podem distorcer e causar muitos conflitos sociais e apequenamento das condições interpessoais. O texto apresenta estreita possibilidade de discussão entre a realidade dos alunos – por meio do esporte mais popular do país – e esta temática, já validada legalmente, mas que ainda carece de representatividade e efetividade prática.

Sugestões de direção do texto:

- Realizar a leitura coletiva do texto;
- Discutir os termos racismo/alienação, identidade/ética
- Elencar situações cotidianas onde as distorções dos termos, causaram constrangimento ou desconforto
- Produzir texto experiencial correlato às questões discutidas



CAPITULO 3.1

AVALIAÇÃO DA PROPOSTA: CARTA ARGUMENTATIVA E/OU REDAÇÃO DE COMO A FILOSOFIA AFRICANA PODE CONTRIBUIR PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.

Texto de estudo: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA (um recorte)

O CONCEITO DE RACISMO

Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum.

Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores

ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Mas o racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens mítica e histórica conhecidas. A primeira origem do racismo derive do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho, ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez, junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos dois filhos descontentes da risada não linzongeira de Cam, amaldiçoou este último, dizendo: seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar e legitimar o racismo anti-negro. A Segunda origem do racismo tem uma história conhecida e inventariada, ligada ao modernismo ocidental. Ela se origina na classificação dita científica derivada da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos). Os caracteres físicos foram considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos. Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante

na construção da ideologia racista, pois passou-se de um tipo de explicação na qual o Deus e o livre arbítrio constituí o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no qual a Biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana.

Insisto sobre o fato de que o racismo nasce quando faz-se intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. Carl Von Linné, o Lineu, o mesmo naturalista sueco que fez a primeira classificação racial das plantas, oferece também no século XVIII, o melhor exemplo da classificação racial humana acompanhada de uma escala de valores que sugere a hierarquização. Com efeito, na sua classificação da diversidade humana, Lineu divide o *Homo Sapiens* em quatro raças:

Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.

Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.

Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.

Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertados.

Como Lineu conseguiu relacionar a cor da pele com a inteligência, a cultura e as características psicológicas num esquema sem dúvida hierarquizante, construindo uma escala de valores nitidamente tendenciosa? O pior é que os elementos dessa hierarquização sobreviveram ao tempo a aos progressos da ciência e se mantêm ainda intactos no imaginário coletivo das novas gerações. No entanto, não foi, até o ponto atual dos conhecimentos, cientificamente comprovada a relação entre uma variável biológica e um caractere psicológico, entre raça e aptidões intelectuais, entre raça e cultura.

A concepção do racismo baseada na vertente biológica começa a mudar a partir dos anos 70, graças aos progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular) e que fizeram desacreditar na realidade científica da raça. Assiste-se então ao deslocamento do eixo central do racismo e ao surgimento de formas derivadas tais como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, etc. Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metaforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos nesse caso o uso popular do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social.

Esse uso generalizado do racismo pode

constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo. Por que os negros se queixam tanto, pois afinal não são as únicas vítimas do racismo(?), indagariam os indivíduos motivados por essa lógica de banalização. Em consequência, o racismo com seus múltiplos usos e suas numerosas lógicas se torna tão banal que é usado para explicar tudo. Mas o deslocamento mais importante do eixo central do racismo pode ser observado bem antes dos anos 70, a partir de 1948, com a implantação do *apartheid* na África do sul. O *apartheid* (palavra do Afrikans), foi oficialmente definido como um projeto político de desenvolvimento separado, baseado no respeito das diferenças étnicas ou culturais dos povos sul africanos. Um projeto, certamente fundamentado no multiculturalismo política e ideologicamente manipulado. Observa-se também que é em nome do respeito das diferenças e da identidade cultural de cada povo que o racismo se reformula e se mantém nos países da Europa ocidental contra os imigrantes dos países árabes, africanos e outros dos países do Terceiro mundo, a partir dos anos 80. Já no fim do século passado e início deste século, o racismo não precisa mais do conceito de raça no sentido biológico para decretar a existência das diferenças insuperáveis entre grupos estereótipos. Além da essencialização somático-biológica, o estudo sobre o racismo hoje deve integrar outros tipos de essencialização, em especial a essencialização histórico cultural.

Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é

aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos. Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça (falar politicamente correto).

Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas está cada vez mais crescente, o que comprova que as práticas racistas ainda não recuaram. Estamos também entrando no novo milênio com a nova forma de racismo: o racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Devemos, portanto observar um grande paradoxo a partir dessa nova forma de racismo: racistas e anti-racistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhes devolver, entre outros, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura “ocidental” local como pretexto para viver separados dos imigrantes árabes, africanos e outros dos países não ocidentais.

Depois da supressão das leis do *apartheid* na África do sul, não existe mais, em nenhuma parte do mundo, um racismo institucionalizado e explícito. O que significa que os Estados Unidos, a África do Sul e os países da Europa ocidental se encontram todos hoje no esmo pé

de igualdade com o Brasil, caracterizado por um racismo de fato e implícito, as vezes sutil (salvo a violência policial que nunca foi sutil). Os americanos evoluíram relativamente em relação ao Brasil, pois além da supressão das leis segregacionistas no Sul, eles implantaram e incrementaram as políticas de “ação afirmativa”, cujos resultados na ascensão sócio-econômica dos afro-americanos são inegáveis. Os sul africanos evoluíram também, pois colocaram fim às leis do *apartheid* e estão hoje no caminho de construção de sua democracia, que eles definem como uma democracia “não racial”. No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

CONCEITO DE ETNIA

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmologia; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. que são ou foram etnias nações. Os territórios geográficos da quase totalidade das etnias nações africanas foram desfeitos e redis-

tribuídos entre territórios coloniais durante a conferência de Berlim (1884-1885). É por isso que o mapa geo-político da África atual difere totalmente do mapa geo-político pré-colonial. Os antigos territórios étnicos, no sentido dos estados nações são hoje divididos entre diversos países africanos herdados da colonização. O antigo território da etnia iorubas e encontra dividido hoje entre as Repúblicas de Nigéria, Togo e Benin; o antigo território da etnia Kongo é hoje dividido entre as Repúblicas de Angola, Congo Kinshasa e Congo Brazaville, etc. para citar apenas dois exemplos entre dezenas.

A maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorrem com mais frequências ao conceito de raça. Eles empregam ainda este conceito, não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mu-

dou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Em meus trabalhos, utilizo geralmente no lugar dos conceitos de “raça negra” e “raça branca”, os conceitos de “Negros” e “Branco” no sentido político-ideológico acima explicado, ou os conceitos de “População Negra” e “População Branca”, emprestados do biólogo e geneticista Jean Hiernaux, que entende por população um conjunto de indivíduos que participam de um mesmo círculo de união ou de casamento e que, *ipso facto*, conservam em comum alguns traços do patrimônio genético hereditário.

Tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados. É esse duplo uso que cria confusão na mente dos jovens pesquisadores ou iniciantes. A confusão está justamente no uso não claramente definido dos conceitos de raça e etnia que se refletem bem nas expressões tais como as de “identidade racial negra”, “identidade étnica negra”, “identidade étnico-racial negra”, etc.

Os povos que aqui se encontraram e construíram um país que podemos historicamente considerar como um encontro ou “*carrefour*” de culturas e civilizações, não podem mais, em nome da Ciência biológica atual ou da Genética humana, ser considerados como raças, mas sim como populações, na medida em que eles continuam pelas regras culturais de endogamia, a

participarem dos mesmos círculos de união ou casamento, embora esses círculos não estivessem totalmente fechados como ilustrado pelo crescimento da população mestiça. Por outro lado, todos esses povos foram oriundos de diversas etnias da Europa, da África, da Ásia, da Arábia, etc. Aqui encontraram outros mosaicos indígenas formados por milhões de indivíduos que foram dizimados pelo contato com a civilização ocidental e cujos sobreviventes formam as chamadas tribos indígenas de hoje.

Podemos, no plano empírico, afirmar que todas essas diversidades oriundas da Europa, da África, da Ásia, do Oriente Médio, etc. se aculturaram para formar novas etnias “branca”, “negra”, e “amarela”, etc.? Não seria criar uma tremenda confusão na medida em que o uso de tais conceitos remeteria a uma certa biologização da cultura? O que significaria então uma etnia negra, branca ou amarela que por sua vez corresponde a uma unidade cultural branca, negra e amarela? Os chamados negros, brancos e amarelos estariam como as laranjeiras, mangueiras, bananeiras, etc. que produzem respectivamente laranjas, mangas e bananas produzindo também as culturas brancas, negras e amarelas? Sem dúvida, a etnia não é uma entidade estática. Ela tem uma história, isto é uma origem e uma evolução no tempo e no espaço. Se olharmos atentamente a história de todos os povos, perceberemos que as etnias nascem e desaparecem na noite dos tempos. Visto deste ângulo, não seria errado falar de novas etnias ou etnias contemporâneas à condição que os que usam esses conceitos tomem o cuidado de defini-los primeiramente para evitar confusões com outros conceitos, etc. Não é isso que geralmente acontece com os usos dos conceitos de cultura

“negra” e “branca” ou de etnia “negra”. Os idealizadores desses conceitos poderiam, no mínimo, definir os novos componentes e conteúdos desses conceitos no contexto da dinâmica contemporânea das relações raciais e interétnicas.

Sem dúvida, por uma visão político-ideológica que colocou coletivamente os brancos no topo da pirâmide social, do comando e do poder, independentemente de suas raízes culturais de origem étnica, tem-se tendência, por vício da ideologia racista que estabelece uma relação intrínseca entre biologia e cultura ou raça e cultura, a considerar a população branca, independentemente de suas diferentes origens geográficas e culturais, como pertencente a uma mesma cultura ou mesma etnia, daí as expressões equívocas e equivocadas de “cultura branca” e “etnia branca”. Pelo mesmo raciocínio baseado na visão político-ideológica que colocou coletivamente os negros na base da pirâmide como grupo.

Têm-se culturas particulares que escapam da cultura globalizada e se posicionam até como resistência ao processo de globalização. Essas culturas particulares se constroem diversamente tanto no conjunto da população negra como no da população branca e oriental. É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados. São essas identidades plurais que evocam as calorosas discussões sobre a identidade nacional e a introdução do multiculturalismo numa educação-cidadã, etc. Olhando a distribuição geográfica do Brasil e sua realidade etnográfica, percebe-se que não existe uma única cultura branca e uma única cultura negra e que regionalmente podemos distinguir diversas cul-

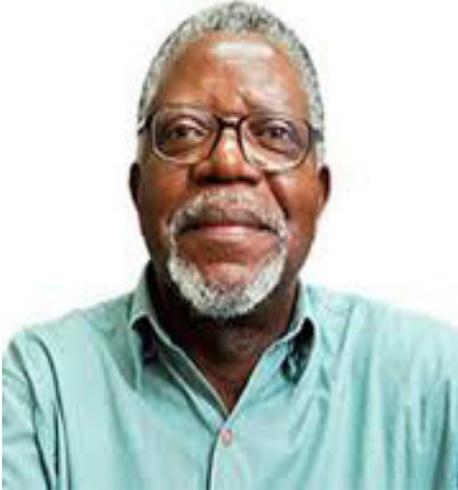
turas no Brasil. Neste sentido, os afro-baianos produzem no campo da religiosidade, da música, da culinária, da dança, das artes plásticas, etc. uma cultura diferente dos afromineiros, dos afro-maranhenses e dos negros cariocas. As comunidades quilombolas ou remanescentes dos quilombos, apesar de terem alguns problemas comuns, apresentam também histórias, culturas e religiões diferentes. Os descendentes de italianos em todo o Brasil preservaram alguns hábitos alimentares que os aproximam da terra mãe; os gaúchos no Rio Grande do Sul têm também peculiaridades culturais na sua dança, em seu traje e em seus hábitos alimentares e culinários que os diferenciam dos baianos, etc. Como a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc. se delineiam assim no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais “identidade étnico-racial negra”.

A questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas. Esta identidade política é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a con-

servação do status quo.

REFERENCIA : Palestra proferida pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP) no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

Sobre o autor:



Fonte: Foto retirada da internet

Kabengele Munanga

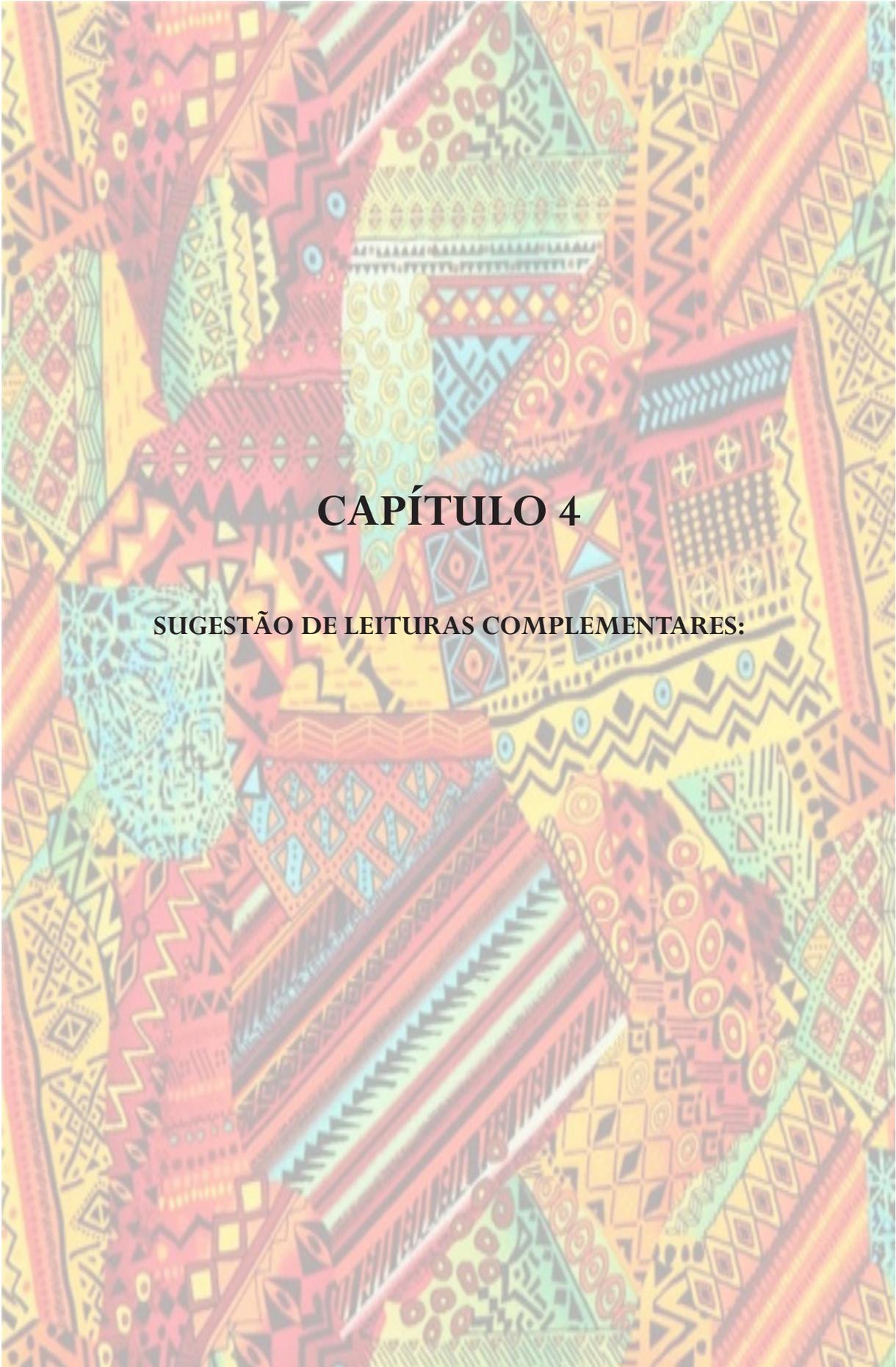
Kabengele Munanga nasceu na aldeia de Bakwa Kalonji, no Congo Belga, membro do povo luba. Aos dez anos deixou a aldeia para estudar em outras cidades, em escolas coloniais católicas. Em 1964 ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Oficial do Congo, em Lubumbashi, inscrevendo-se dois anos depois no recém-criado curso de Antropologia. Ao terminar a graduação em 1969, foi convidado para fazer mestrado na Universidade de Louvain, na Bélgica. Kabengele voltou ao Congo para terminar sua dissertação, mas não pode concluí-la; o domínio político da ditadura da recém-criada República do Zaire sobre a universidade o impediu. Chegou ao Brasil por convite do professor Fernando Mourão, da Universidade de São Paulo, onde terminou seu doutorado e retornou ao Congo. Em 1980 estabeleceu-se no Brasil, para assumir a cadeira de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No ano seguinte, muda-se para São Paulo. Foi professor de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea, diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia e do Centro de Estudos Africanos da USP. Desde 2014 é professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Kabengele foi agraciado com a Ordem do Mérito Cultural em 2002

Contextualizando o texto:

O texto contribui como suporte de estudo e fixação dos conceitos trabalhados anteriormente. É mais uma ferramenta de auxílio para o professor oportunizar aos alunos uma outra abordagem, uma outra perspectiva e até mesmo uma outra linguagem e discurso, na tentativa de lograr êxito quanto à apropriação dos conteúdos e internalização dos conhecimentos.

Sugestões de direção do texto:

- Realizar a leitura coletiva do texto;
- Debate acerca dos termos e conceitos apresentados, sempre correlacionando com o cotidiano dos alunos.



CAPÍTULO 4

SUGESTÃO DE LEITURAS COMPLEMENTARES:

Leitura complementar ao texto 1: ÉTICA E EDUCAÇÃO CLÁSSICA: virtude e felicidade no justo meio (recorte).

Ética como *aretai*: a vida justa e boa

Na Grécia clássica, a acepção da ética vinha, a dada altura, atrelada a alguns elementos constitutivos que supunham, no conjunto, a acepção de excelência intrínseca à expressão da *aretai*: bravura, ponderação, justiça, piedade, saúde, força e beleza. Daí decorria, para os gregos, as características distintivas da particularidade humana na correspondência entre corpo e alma. Como bem sublinha Jaeger:

É a partir daqui que o conceito socrático de bom, o mais intraduzível e o mais exposto a equívocos de todos os seus conceitos, se diferencia do conceito análogo na ética moderna. Será mais inteligível para nós o seu sentido grego se em vez de dizermos o bom dissermos o bem, acepção que engloba simultaneamente a sua relação com quem o possui e com aquele para quem se é bom. Para Sócrates, sem dúvida, o bom é também aquilo que se faz ou se quer fazer por causa de si próprio, mas ao mesmo tempo Sócrates reconhece nele o verdadeiramente útil, o salutar, e também, portanto, o que dá prazer e felicidade, uma vez que é ele que leva a natureza do homem à realização do seu ser. Na base desta convicção aparece-nos a promessa evidente de que a ética é a expressão da natureza humana bem entendida. Esta distingue-se radicalmente da existência animal pelos dotes racionais do Homem, que são os que tornam o *ethos* possível. (Jaeger, 1995, p. 535)

A ética era, assim, derivada de tomadas de decisão; decisões postas em prática; prática mobilizada por ação dirigida ao bem, motivada pela busca de uma vida equilibrada e pautada em parâmetros tidos por valorosos. A harmonia, por si, decorreria da própria noção grega de excelência (*aretai*): o agir ético, então, corresponderia a um dado exercício da alma, exercício continuado e cotidiano, motivado pela própria suposição da universalidade do bom enquanto bem comum e compartilhado.

Ora, se, em Platão (1973), a virtude é posta como uma vocação a ser atualizada, para Aristóteles (1987), a virtude seria uma disposição de espírito, que desabrocha pela força do hábito. Remeter-se ao hábito requer, contudo, valorizar a formação: daí podemos depreender a dimensão pedagógica da ética.

De acordo com Aristóteles, existem duas espécies de virtude: a intelectual e a moral, sendo que nem uma nem outra estariam dadas à partida: em matéria intelectual, o lugar da formação seria o ensino; em matéria moral, a aptidão para a virtude decorreria da força do hábito, da prática, e, portanto, da ação social. Aristóteles não descarta, porém, o lugar da natureza na obtenção dos dons humanos. Pelo lugar natural, em tudo o que se revela expressão dos sentidos, o homem adquire a potência, a qual será, a seu tempo, exteriorizada em ato. Assim, a visão e a audição são potenciais no recém-nascido, mesmo que este ainda não se valha plenamente dos sentidos. São potenciais que, a seu tempo e progressivamente, serão atualizados na ação. No tocante à virtude,

sucederia outro movimento: é pelo exercício que se adquire a prática do bem —ao praticar a justiça, tornamo-nos justos (Aristóteles, 1987, p. 27).

Pelos atos que praticamos com os outros homens nos tornamos justos ou injustos; pelo que fazemos em presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia, nos tornamos valentes ou covardes. O mesmo se pode dizer dos apetites da emoção e da ira: uns se tornam temperantes e calmos, outros intemperantes e irascíveis, portando-se de um modo ou de outro em igualdade de circunstâncias. Numa palavra: as diferenças de caráter nascem de atividades semelhantes. É preciso, pois, atentar para a qualidade dos atos que praticamos. (Idem, p. 27-28)

Em Aristóteles, a noção de potência remete-se ao futuro reservado pela natureza. A adulto seria, então, a anterior criança que atualizou e matou sua potencialidade original. Tal desenvolvimento intrínseco às novas gerações, de maneira geral, corresponde à atualização de um *telos*, de um dever, de uma finalidade. É assim que a condição humana pode ser caracterizada como sensível e intelectual em potência. Contudo, para

Aristóteles, a potência limitar-se-ia à possibilidade de “produzir o serem ato” (Abbagnano, 1981, p. 115). A ética seria, portanto, a vida boa enquanto vida justa na esfera coletiva. É na ação social e na relação com os outros que se constitui o fato ético como a desenvolvimento de um exercício capaz de tornar o homem propenso a conjugar razão e sensibilidade. Nesse sentido, para se tornar bom, deve-se praticar atos bons. A ética seria, assim, matéria da ação. Aristóteles frisa que o território ético firma-se, por definição, na prática, no hábito e no exercício. Não se forma o ser ético exclusivamente pelo conhecimento ou pela disposição do intelecto. A ética fala de perto ao espírito e à alma; e só pode ser reconhecida quando praticada:

Por conseguinte, as ações são chamadas justas e temperantes quando são tais como as que praticaria o homem justo ou temperante; mas não é temperante o homem que as pratica, e sim o que as pratica tal como o fazem os justos e os temperantes. É acertado, pois, dizer que pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes, o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom. Mas a maioria das pessoas não procede assim. Refugiam-se na teoria e pensam que estão sendo filósofos e se tornarão bons dessa maneira. Nisto se portam, de certo modo, como enfermos que escutassem atentamente os seus médicos, mas não fizessem nada do que estes lhes prescrevessem. Assim como a saúde destes últimos não pode restabelecer-se com tal tratamento, a alma dos segundos não se tornará melhor com semelhante curso de filosofia. (Aristóteles, 1987, p. 31)

Aristóteles reporta-se àquilo que compreende como justo meio ou mediania para referir-se, de modo geral, à noção de ética. A Grécia convivia com a acepção de *hybris*, exatamente referida à ausência de medida e de limites; o oposto residiria, portanto, na harmonia e na excelência da *aretai* (Jaeger, 1995). Aristóteles, ao reportar-se ao ideal do justo meio, enfatiza a moderação como virtude capaz de entrelaçar prudência e o discernimento na ação: a medida exata entre dois ex-

tremos. O ser virtuoso adquire, ao agir, a propensão do caráter educado para a moderação. Podemos emprestar, talvez, a síntese de Abbagnano, ao discorrer sobre o conceito da ética em Aristóteles:

A virtude moral ou ética consiste na capacidade de escolher o justo meio entre dois extremos viciosos, em que um peca por excesso e o outro por defeito. A coragem, que é o justo meio entre a vileza e a temeridade, incide sobre tudo aquilo que se deve ou não deve temer. A parcimônia, que é o justo meio entre a intemperança e a insensibilidade, diz respeito ao uso imoderado dos prazeres. A liberalidade, que é o justo meio entre a avareza e a prodigalidade, diz respeito ao uso ajuizado das riquezas. A magnanimidade, que é o justo meio entre a vaidade e a humildade, diz respeito à justa opinião de si próprio. A mansidão, que é o justo meio entre a irascibilidade e a indolência, diz respeito à ira. (Abbagnano, 1981, p. 123)

Se a escolha da ação é um requisito da prática humana, a sensatez apresenta-se geralmente no lugar intermediário. Ser adepto desse justo meio significa não se exceder e, por outro lado, não faltar às disposições do espírito. Entre atos e palavras, os extremos são exatamente elementos impróprios e contrários entre si, um como deficiência e o outro – seu oposto – como excesso. A ponderação, o equilíbrio e a moderação seriam, pois, fonte da sabedoria, entendendo-se por sabedoria *sabor e saber*, juntos e apurados (Duch, 1997, p. 56). A sabedoria supõe certamente paixão pelo conhecimento. Essa paixão, esse desejo cultural incurável, acarreta para o sujeito cognoscente uma serena inquietação de espírito, uma cumplicidade para com as grandes questões intelectuais de seu tempo,

uma harmonia eivada de espírito crítico; e, finalmente, um elevado grau de humildade, típica daqueles que sabem mais e melhor...

A liberdade da vontade do ser humano dirige a ação ética, a qual, por sua vez, reporta-se à plena identidade entre meios e fins da ação. Todo agir coletivo revela-se propício cenário para a prática da ética cotidiana; daí a relevância dada por Aristóteles para a amizade enquanto entrega desinteressada e presente na mútua benevolência, cuja interação não poderia deixar de contribuir para o bem comum. Amizade como escolha do outro; como reconhecimento do outro no outro e como encontro de si mesmo nesse reconhecimento do outro. Amizade como partilha e como projeto: exemplo da possibilidade, talvez, de uma sociedade mais fraterna. A amizade, confluência da ética para a comunhão, supõe a reciprocidade do bem e das fontes do prazer da convivência. A alma inteira se entrega nessa disposição do afeto para a amizade:

Fazer desinteressadamente o bem ao amigo, desejar-lhe longa vida, desejar viverem sua companhia, compartilhar as mesmas ideias, opiniões e gostos, compartilhar alegrias e tristezas – desejar ao outro o que deseja para si mesmo. A amizade só existe entre os prudentes e os justos, sendo por isso condição e consequência da vida justa que é a vida na comunidade política. (Chauí, 1994b, p. 322-323)

Em Aristóteles – como bem destaca Marilena Chauí – o exercício da amizade estrutura o próprio ideal da autonomia. Já que aos homens não foi concedida a plenitude divina, pela união mais desinteressada dos mesmos homens entre si, desenvolver-se-ia o movimento em direção a essa liberdade/autonomia, à inde-

pendência do sujeito para encontrarem si e por si os motivos e as estratégias de ação. Tal autonomia é, contudo, um aprendizado, expresso fundamentalmente na vida voltada para o convívio ético: vida mais feliz e mais harmoniosa. Indispensável para o viver coletivo, a acepção de amizade ganha em Aristóteles um estatuto bastante elevado para a produção de decisões acertadas sobre o possível e sobre o desejável. A conduta e o *ethos* da virtude representariam, fundamentalmente, o afastamento humano da irracionalidade das paixões, do domínio dos desejos e das pulsões. A conduta virtuosa e o *ethos* da ‘vida boa’ pautar-se-iam pela perseverança quanto à retidão do agir e pela cautela perante as infortunas do acaso.

A educação ética – podemos dizer – supõe um certo disciplinar das vontades, um controle continuado dos instintos e da expressão das determinações externas. A ética é firmada no discernimento necessário entre o possível e o sonhado, na busca escrupulosa de construção de uma vida equilibrada, valorosa e justa, que resiste e recusa o voluntarismo das paixões. Nessa trilha, a identificação precisa do sentido da justiça e o discernimento das fronteiras que possibilitam a justa indignação se apresentariam como requisitos fundamentais:

A justa indignação é um meio-termo entre a inveja e o despeito, e estas disposições e referem à dor e ao prazer que nos inspiram a boa ou má fortuna de nossos semelhantes. O homem que se caracteriza pela justa indignação confrange-se com a má fortuna imerecida; o invejoso, que o ultrapassa, aflige-se com a boa fortuna alheia; e o despeitado, longe de se afligir, chega ao ponto de rejubilar-se.

(...)

Está, pois, suficientemente esclarecido que a virtude moral é um meio-termo, e em que sentido devemos entender esta expressão; e que é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e o outro deficiência, e isso porque a sua natureza é visar à mediania nas paixões e nos atos. Do que acabamos de dizer segue-se que não é fácil ser bom, pois em todas as coisas é difícil encontrar o meio-termo. Por exemplo, encontrar o meio de um círculo não é para qualquer um, mas só para aquele que sabe fazê-lo; e, do mesmo modo, qualquer um pode encolerizar-se, dar ou gastar dinheiro – isso é fácil; mas fazê-lo à pessoa que convém, na medida, na ocasião, pelo motivo e da maneira que convém, eis o que não é para qualquer um e tampouco fácil. Por isso a bondade tanto é rara como nobre e louvável. (Aristóteles, 1987, p.

37) De algum modo, a essência da ética aristotélica reside justamente na coincidência entre a desejada ‘vida boa’ e a realização das virtudes. Estas significam a máxima realização em ato da potência humana; ou, nos termos de Xavier Rubert de Ventós, a propósito do tema, a plenitude do ser consistiria – para Aristóteles – a realização mais plena daquilo que já se é. Ventós, contudo, pondera acerca da especificidade da noção de bom para o mundo grego; absolutamente distinta da acepção hoje corrente de ‘bom’ como aquilo de que gostamos e que nos apetece e do ‘mal’ como aquilo que nos causa repugnância (Ventós, 1996, p. 60). Os significados que foram atribuídos pela modernidade à idéia do bom e do belo seriam, no parecer do autor, não apenas divergentes dos conceitos gregos e, particularmente, aristotélicos. Mais do que isso, o entendimento moderno do senti-

do de bom – agora separado da dimensão ética do bem – é relativista e narcisista: “pois reduz toda a questão concreta sobre a bondade objetiva de uma instituição, um governo, uma guerra, a uma questão de gosto. Uns gostam da segregação e outros preferem a integração; a alguns repugnam as guerras imperialistas e outros se comparam com elas” (idem). Relativismos... Nada mais distante das virtudes aristotélicas.

Ora, efetuada esta ligeira aproximação dos sentidos inscritos na idéia de bem e de virtude em Aristóteles e no mundo antigo, caberia retomar um termo especificamente grego, intrinsecamente ético e carregado de sentido educativo: *paideia*. Contidos nos múltiplos significados do termo *paideia* poder-se-ia encontrar, simultaneamente, cultura, cultivo intelectual, instrução, educação, capacidade de aprender, desenvolvimento da memória e, especialmente, da “ânsia de saber” (Jaeger, 1995, p. 558), sem a qual qualquer esforço pedagógico estará fadado ao fracasso. Note-se, assim, que a filosofia grega da Antigüidade já pontua a curiosidade intelectual e o desejo de aprender como requisitos para a aceção do verdadeiro ensino; aquele que deixa sua marca, e que parte do também desejo desse comungar o saber aprendido e compartilhar a cultura, com as gerações que a levarão adiante.

REFERÊNCIA: BOTO, Carlota. ÉTICA E EDUCAÇÃO CLÁSSICA: virtude e felicidade no justo meio. Rev. **Educação & Sociedade**, ano XXII, N° 76, Outubro/2001.

Sobre a autora:



Fonte: Foto retirada da internet

É professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo(USP), onde leciona Filosofia da Educação. É Bolsista Produtividade PQ2 do CNPq. Pedagoga e historiadora pela USP, mestre em educação, doutora em história social e livre-docente em educação. Orienta mestrados e doutorados no Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP e no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL/UNESP-Campus de Araraquara. É autora dos livros «A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa» (Editora Unesp), “A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar” (Imprensa da Universidade de Coimbra),

“A liturgia escolar na Idade Moderna” (Editora Papirus) e “Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola” (Editora Unesp).

Contextualizando o texto:

O texto oportuniza o contato com alguns termos conceituais básicos da Ética além de apresentar um cenário bastante propedêutico de discussões e debates, muito familiar ao cotidiano escolar e de vida dos alunos de modo geral.

Leitura complementar ao texto 2: Inspirações formativas oriundas da ancestralidade e do encantamento.

Compreendo a **Ancestralidade** como a grande mediadora dessa complexa teia, pois é ela que me remete a pensar / fazer uma filosofia africana como medianeira para a História e Cultura África e Afro-Brasileira. Sabendo-se que o Encantamento é quem potencializa essa mediação. Desse modo, a produção de sentidos aqui se dá desde as inspirações formativas oriundas da ancestralidade e do encantamento, desde teias constitutivas que capturam, mas não amarram, ao contrário, libertam, posto que proporcionem criar outros mundos, criam magia, pois esta é a ancestralidade da filosofia, e é por isso que ela é uma anterioridade em relação à filosofia, muito embora diga a lenda que a filosofia surgiu em contraponto ao mito (A magia sempre aparece correlacionada ao mito, o que, em verdade, é correto afirmar, pois a narrativa mitológica é sempre uma narrativa mágica e o produto dessas narrativas e o encantamento) (OLIVEIRA, 2007, p. 207/208, grifo do autor).

São construções subjetivas que se dão em realidades objetivas. Ou seja, o encantamento me tira do lugar de “apropriar-me”, aceitar o conhecimento que me é transmitido sem que eu faça reflexões críticas sobre o mesmo, sobre aquilo que faço, falo, escuto, escrevo. A ancestralidade e o encantamento complementam-se, desejam-se, completam-se, é um desejo sexual, sensual, onde estes são plurais e diversos. Ela (Ancestralidade) e ele (Encantamento) geram pensamentos, reflexões, críticas, produções outras de sentidos. Ancestralidade e Encantamento como inspirações formativas se fazem numa dança como nos diz Senghor (*apud* OLIVEIRA,

2006, p. 129):

Eis então o negro-africano, o qual simpatiza e se identifica, o qual morre a si para renascer no outro. Ele não assimila. Ele se assimila. Ele vive com o outro em simbiose, ele conhece o outro... Sujeito e objeto são, aqui, dialeticamente confrontados no ato mesmo do conhecimento, que é ato de amor. “Eu penso, então eu existo”, escrevia Descartes. A observação já foi feita, pensa-se sempre alguma coisa. O Negro-Africano poderia dizer: “Eu sinto o Outro, eu danço o Outro, então eu sou”. Ora, dançar é criar, sobretudo quando a dança é dança do amor. É este, em todo o caso, o melhor modo de conhecimento.

Há diferentes modos de produções epistemológicas, não acreditando em produção de conhecimento fora do contexto cultural em que se está inserido, fora da/s teia/s em que se foi constituído/a, só posso pensar desde o meu lugar e esse lugar é o de mulher negra. Onde essa mulher negra se fez / faz desde o reconhecimento próprio da ancestralidade africana que a define. Ser negro não é “apenas” um dado, mas uma construção afetiva e efetiva, em muitos casos é um reconhecimento que se dá por meio do reconhecimento da nossa ancestralidade africana, por meio de uma construção positiva da imagem do negro, do conhecimento da nossa história, da nossa cultura. É uma ação formativa, implicada, onde o aprender / conhecer leva ao sentir(se), ser em devir.

REFERÊNCIA: MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas:** filosofia africana mediando à história e cultura africana e afro-brasileira. Universidade Federal da Bahia, 2014.

Sobre o autor:



Fonte: Foto retirada da internet

Doutoranda em Educação (UFC), Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2014. Bacharela (2006) e Licenciada (2007) em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro dos grupos de pesquisa GRIÔ: culturas populares, diásporas africana e educação (UFBA), Rede Africanidades (UFBA) e do NACE (Núcleo das Africanidades Cearense), UFC. Participou de 2009 a 2012 do grupo de pesquisa REDPECT, nas linhas de pesquisa ACHEI (Africanidade, Corpo, História, Educação e (In)Formação), CPC (Cartografia do Pensamento Contemporâneo) e Cinema, Áudio-Visual e Educação da UFBA. Pesquisa

Filosofia Africana e Afro-brasileira, Ancestralidade e Encantamento, Formação, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Filosofia da Libertação Latino-Americana. Atuou como assistente na equipe de consultoria contratada pela Secretária do Estado da Bahia para a construção do texto-base das Diretrizes da Educação Quilombola do Estado da Bahia, atuou como pesquisadora para a USC (Universidade do Sul da Califórnia) na pesquisa “Relações Raciais na fala do professor”, atuou como Tutora a Distância no Curso de Produção de Material Didático para a Diversidade, parceria da Universidade Aberta do Brasil com a UFBA e no Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas (UFC). Filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negr@s. Assento na Cadeira 39 da Academia Afrocearense de Letras (AAFROCEL).

Contextualizando o texto:

Texto complementar que remete a sua utilização, como suporte e ferramenta discursiva de apoio, para se pensar e refletir para além dos muros do pensamento tradicional hegemônico colonialista. Apresenta mais uma perspectiva filosófica africana.

Leitura complementar ao texto 3: A ÉTICA DO UBUNTU(recorte)

A Filosofia da Ética Ubuntu

Nesta seção nos debruçaremos sobre o fundamento filosófico da ética do *ubuntu*. *Ubuntu* como conceito e experiência está ligado epistemologicamente a *umuntu*. Com base nesta ligação, *umuntu* postula *ubuntu* como sua categoria normativa básica da ética. Kagamé sugere corretamente que *muntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu* são as quatro categorias da filosofia africana. Porém, a enumeração não é completa nem suficiente sem a inclusão de *ubuntu*. *Ubuntu* é a quinta categoria básica da filosofia africana. É a categoria ética normativa que prescreve e, portanto, deve permear a relação entre *muntu*, *kintu*, *hantu*, e *kuntu*.

A ideia da relação entre as quatro categorias de Kagamé e *ubuntu* precisa ser entendida desde a perspectiva de que a filosofia africana é consistente com a posição filosófica de que o movimento é o princípio do ser, entendido como “ser-sendo”. De acordo com esse entendimento, a condição do ser-sendo com respeito a toda entidade significa que ser é ser na condição de idade. Tudo que é percebido como um todo é sempre uma totalidade no sentido de que existe e persiste em direção ao que ainda está para ser. Porque esta é uma característica de toda entidade existente, ser-sendo deve ser entendido sempre como uma totalidade. O nosso argumento afirma que *ubu-ntu* sublinha e é consistente com esse entendimento filosófico do ser sendo.

Filosoficamente, é melhor abordar este termo como uma palavra com hífen, a saber, *ubu-ntu*. *Ubuntu* é, na verdade, duas palavras

em uma. Consiste no prefixo *ubu* e a raiz *ntu*. *Ubu-* evoca a ideia geral de ser-sendo. É o ser-sendo encoberto antes de se manifestar na forma concreta ou modo da existência de uma entidade particular. *Ubu-* como ser-sendo encoberto está sempre orientado em direção ao descobrimento, isto é, manifestação concreta, contínua e incessante por meio de formas particulares e modos de ser. Neste sentido, *ubue* está sempre orientado em direção a *ntu*. No nível ontológico, não há separação estrita e literal ou divisão entre *ubu-* e *-ntu*. *Ubu-* e *-ntu* não são duas realidades radicalmente separadas e irreconciliavelmente opostas. Ao contrário, são mutuamente fundantes no sentido de que são dois aspectos do ser-sendo como unidade e totalidade indivisível. Portanto, *ubuntu* é a categoria fundamental ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua *bantu*. É a indivisível unidade e totalidade da ontologia e epistemologia. *Ubu-* como entendimento generalizado do ser-sendo pode ser visto como distintamente ontológico. Já *ntu* enquanto o ponto nodal em que o ser-sendo assume a forma concreta ou o modo de ser no processo de descobrimento contínuo pode ser visto como distintamente epistemológico.

Falar sobre ontologia e epistemologia não faz sentido se se evita a efetiva existência de um organismo vivo que efetivamente percebe e está consciente de sua própria existência, assim como da dos outros. *Umuntu* é o ser-sendo que restitui a coincidência entre ontologia e epistemologia de forma significativa. Por meio da faculdade da consciência ou ciência de si, *umuntu* libera a fala do ser e persegue sua racionalidade através do diálogo do ser-sendo com o ser. A interação deste último – como uma parte indi-

visível do ser-sendo – com o ser-sendo como uma totalidade é a razão da nossa declaração, a saber, o “diálogo do ser com o ser”. Agora nos voltaremos para o significado da relação entre *ubuntu* e *umuntu*.

A palavra *umu-* compartilha um aspecto ontológico idêntico com a palavra *ubu-*. Considerando que o alcance de *ubu-* é a generalidade mais ampla, *umu-* tende em direção ao mais específico. Em conjunto com *-ntu*, então *umu-* torna-se *umuntu*. *Umuntu* significa a emergência do homo loquens que é simultaneamente um homo sapiens. Na linguagem comum, significa o ser-sendo humano: o criador da política, da religião e da lei. *Umuntu* então é a manifestação concreta específica de *umu-*: é um movimento que se afasta do generalizado para o específico concreto. *Umuntu* é a entidade específica que continua a conduzir uma investigação sobre o ser-sendo, a experiência, o conhecimento e a verdade. Isto é mais uma atividade do que um ato. É um processo em andamento impossível de ser parado, a não ser que o movimento em si seja parado. Neste raciocínio, *ubu-* pode ser considerado como um ser-sendo vindo a ser e isso evidentemente implica a ideia de movimento. Nós propomos considerar tal movimento incessante mais como verbal do que como um verbo. *-Ntu* pode ser interpretado como o tendo se transformado temporariamente. Neste sentido, *-ntu* é um substantivo. A indivisível unidade e totalidade de *ubu-ntu* significa, portanto, que *ubuntu* é um substantivo verbal. Sob a luz da análise acima sobre *ubuntu* e *umuntu*, consideramos a seguinte tese questionável.

NTU é a força universal como tal, a qual, porém, nunca ocorre separada de suas manifestações: Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu. NTU é

o ser em si, a força cósmica universal, cujas manifestações só podem ser abstraídas pelo pensamento moderno e racional. NTU é a força na qual Ser e seres aglutinam-se... NTU é o que Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu são igualmente. Força e matéria não estão sendo unificadas nesta concepção; ao contrário, elas nunca estiveram separadas.

Em nossa visão, não é “*ntu*” mas “*ubu*” a “força universal” ou o conceito com o máximo nível de generalidade. Podemos nos voltar a outra língua *bantu*, *sepedi*, para ilustrar isso. O sinônimo *sepedi* para *ubuntu* é *botho*. Este é também divisível em duas palavras, a saber, *bo-* e *tho*. Nós sugerimos que *ubu/bo-* é o conceito com o máximo nível de generalidade. *Bo-* combinado com *tlhale* produz o termo *botlhale*. Em linha com a lógica de *umu-*, *mo-* em *sepedi*, a combinação de *mo-* e *tlhale* produz o substantivo, isto é, a especificidade concreta, *motlhalefi*. *Bo-* combinado com *kgomana* produz *bokgomana* e a combinação com *mo-* produz o substantivo *mokgomana*. Esses dois exemplos mostram:

- 1) Que *bo-* é abstrato e geral ao mesmo tempo. Por meio de combinação com outras palavras, conserva e preserva seu caráter abstrato.
- 2) Que *mo-* é orientado ao concreto. Por meio de combinação com outras palavras assume o caráter substantivo, tornando possível especificar suas determinações específicas. Especificar as determinações, é, por definição, reconhecer as limitações do substantivo. Isso significa que motem uma especificidade um tanto restrita e um alcance limitado, comparado com *bo-*. Portanto, a combinação *bo-tho* e *ubu-ntu* é muito mais geral e ampla em seu escopo do que *mo-tho* e *umuntu*. Nós concluímos, por essa razão, que é *ubu* e não *ntu* a “força universal”.

REFERÊNCIA: RAMOSE, Mogobe B. **A ética do ubuntu.** Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

Contextualizando o texto:

Mais uma oportunidade para dimensionar e localizar o conceito ético do Ubuntu, como princípio outro de se pensar as normas morais, a sociabilidade, os fenômenos sociais e outros recortes de identidade e subjetividade que compõem uma Filosofia não europeia.

Leitura complementar ao texto 4: UBUNTU COMO FUNDAMENTO

Ubuntu, palavra existente nos idiomas sul africanos zulu e xhosa que significa “humanidade para todos”, é a denominação de uma espécie de “Filosofia do Nós”¹, de uma ética coletiva cujo sentido é a conexão de pessoas com a vida, a natureza, o divino e as outras pessoas em formas comunitárias. A preocupação com o outro, a solidariedade, a partilha e a vida em comunidade são princípios fundamentais da ética Ubuntu. Bas’Ilele Malomalo (2014), nos dá uma explicação:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas... Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas. Nos anos que vão de 1910-1960, ele aparece em termos do panafricanismo e da negritude. São esses dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências. Após as independências, estará presente na práxis filosófica do Ujama de Julius Nyerere, na Tanzânia; na filosofia da bisoitéou bisoidade (palavra que vem da língua lingala, e traduzida significa “nós”) de Tshiamalenga Ntumba; nas práticas políticas que apontam para as reconciliações nacionais nos anos de 1990 na África

do Sul e outros países africanos em processo de democratização. A tradução da ideia filosófica que veicula depende de um contexto cultural a outro, e do contexto da filosofia política de cada agente. Na República Democrática do Congo, aprendi que ubuntu pode ser traduzido nestes termos: “Eu só existo porque nós existimos”. É a partir dessa tradução que busco estabelecer minhas reflexões filosóficas sobre a existência. Muitos outros intelectuais africanos vêm se servindo da mesma noção para falar da “liderança coletiva” na gestão da política e da vida social.

Segundo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz e Arcebispo Sul Africano, “Ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “significa que somos pessoas através de outras pessoas”, “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. Praticar Ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos” (idem). A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade, e que as singularidades, como tais, têm igual valor.

Antonio Negri denomina de Comum a forma democrática que pode assumir a multidão, que é, segundo ele, a denominação de uma multiplicidade de singularidades. O Comum é Ubuntu, uma relação social de interdependência, que tem a igualdade como princípio material. No conceito de Comum, como na filosofia Ubuntu, a igualdade é condição. Portanto, não há constituição do Comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua

importância e potencialização de suas capacidades criativas. Uma política de constituição do Comum é a afirmação da ética Ubuntu, através da afirmação da igualdade contra o privilégio, da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da inclusão contra a exclusão e da criação de meios que assegurem “humanidade” para os muitos de uma coletividade e, objetivamente, acesso aos direitos definidos como “humanos”.

Penso que o desafio das lutas por dignidade (e entre elas destaco a luta contra o racismo) é muito grande, demanda intervenções em todos os espaços que atuamos: ruas, família, escolas, religiões, mídia, internet, empresas, instituições estatais, partidos políticos, movimentos sociais e outros espaços específicos, que são espaços em que se produzem, se disseminam e se repetem valores, medos, preconceitos, discriminações, explorações, desigualdades, tentativas de disciplinarização e controle das singularidades.

Porém, a luta nesses espaços específicos precisa ser uma ação político-cultural para transformá-los em espaços comuns, ou seja, espaços em que as singularidades, como tais, possam se expressar e se relacionar respeitosa-mente, num constante processo de produção de bem estar, espaços em que todas e todos sejam expressões pensantes e agentes, espaços de produções coletivas.

No enfrentamento desse desafio não vislumbro outro caminho senão o da radicalização da insurgência antropofágica e criativa contra as muralhas do poder constituído. Não sabemos previamente que instituições criar, mas podemos dizer que precisamos devorar as atuais e

produzir o novo sem as atuais “elites vegetais” e “catequeses” (Andrade, 1990), pois o que nos interessa tornar comum o resultado da nossa produção, aquilo que nas relações que vivemos a elite parasitária se apropria e diz não ser direito nosso. Nos interessa ocupar e produzir em comum para o comum, nos apropriarmos da produção que nos é expropriada pelas dinâmicas da exploração.

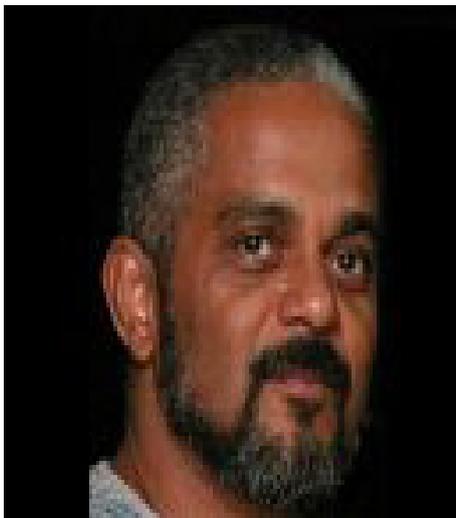
Portanto, fortemente influenciado pela crença na educação como prática de liberdade (Paulo Freire, 1997), penso que parte importante da ação política é a disseminação, nas ruas, nas redes, nas escolas e nos lugares comuns, de leituras críticas, reflexões, idéias, ações culturais e expressões afetuosas baseadas em valores diferentes daqueles que hoje parecem prevalecer entre nós, que ajudem a motivar/constituir experiências de produção de subjetividades, jeitos de ser, culturas e formas de vida em comum. Não falo aqui de conscientização, ou seja, da “elevação do nível de consciência das massas”. Porém, do meu ponto de vista, há nesta luta pelo comum um trabalho pedagógico a ser feito em conjunto, na relação que os encontros e as atuais possibilidades de comunicação e cooperação proporcionam. Penso que a perspectiva das escrevivências (Evaristo, 2007) dos corpos indignados com a exploração, a violação de dignidade, o racismo, a discriminação, deve ser, além do vandalismo antropófago que se afirma nas ruas, a produção de experiências do comum de amor que queremos viver e fazer prevalecer. E se aceitamos que “as lutas determinam de fato o ser, o constituem” (Negri, 2003a), penso ser importante que esse vandalismo seja mais que resistência em ato de protesto, mas também exercício criativo de re-existência em comum a

partir de outras perspectivas.

A Ética Ubuntu oferece uma perspectiva interessante e, do nosso ponto de vista, adequada para uma definição desse constituir-se coletivamente. Neste sentido, me parece importante, pelo ativismo político que se propõe a organizar a luta por e o trabalho na democracia, desde os pontos de vista dos que vivem apenas das suas atividades e nelas querem ser reconhecidos, a aposta e o investimento num devir Ubuntu dos espaços (a serem) tornados comuns.

REFERÊNCIA: NASCIMENTO, Alexandre do. Ubuntu como Fundamento. UJIMA - **Revista de Estudos Culturais e Afrobrasileiros**. Número XX, Ano XX, 2014.

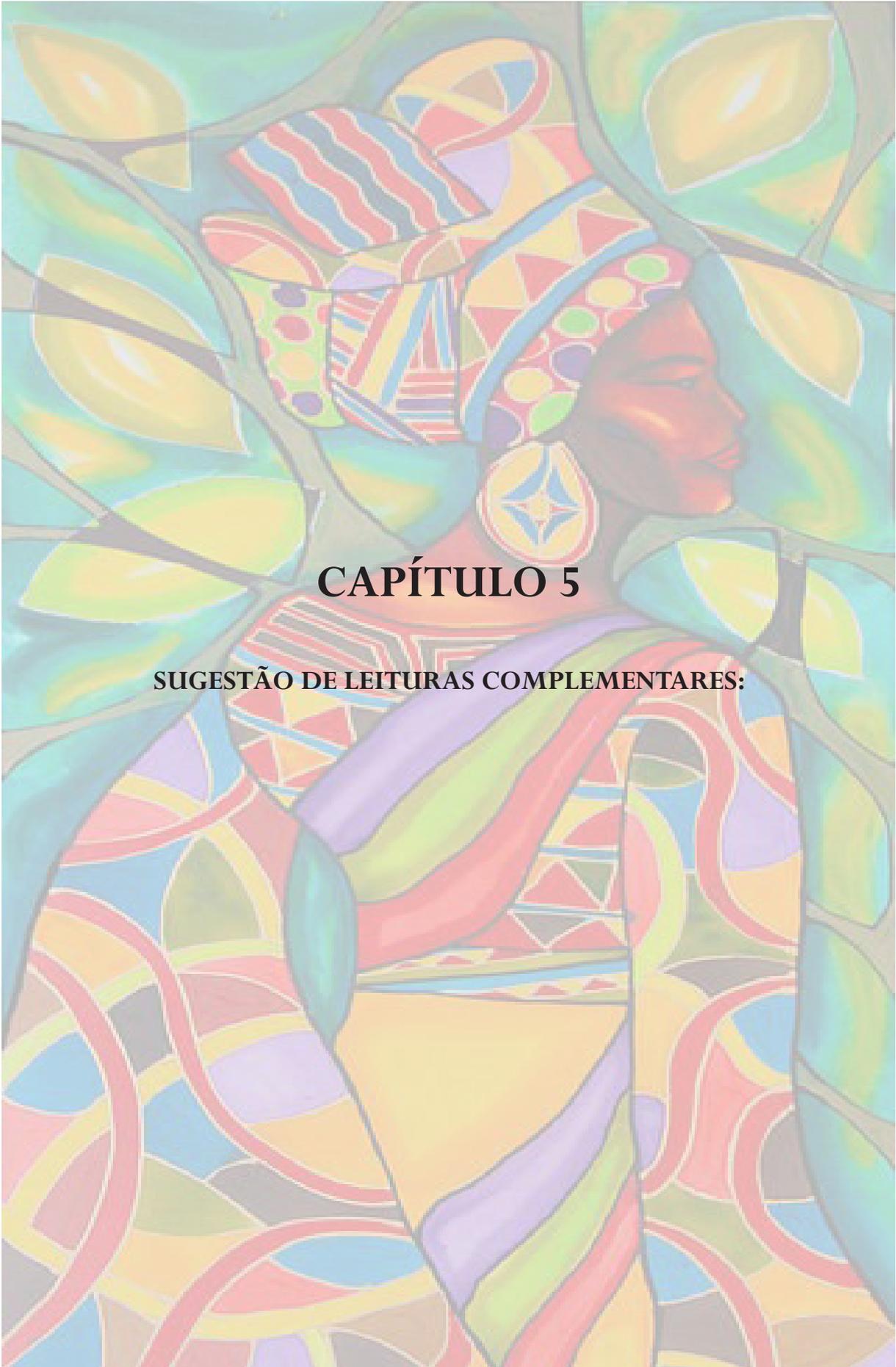
Sobre o autor:



Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e cursos de Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Graduação em Informática pelo Centro Universitário UNIABEU e cursos complementares de Educação e Tecnologias de Informação. É professor e autor de textos publicados em livros, revistas, anais de eventos e no website www.sentimentanimalidades.net. Estuda temas de ensino como: Tecnologias de Informação, Relações Raciais, Ações Afirmativas, Educação das Relações Étnico-Raciais e Políticas.

Contextualizando o texto:

Texto completar de discussão e reflexão a partir das noções de política e vida em sociedade.



CAPÍTULO 5

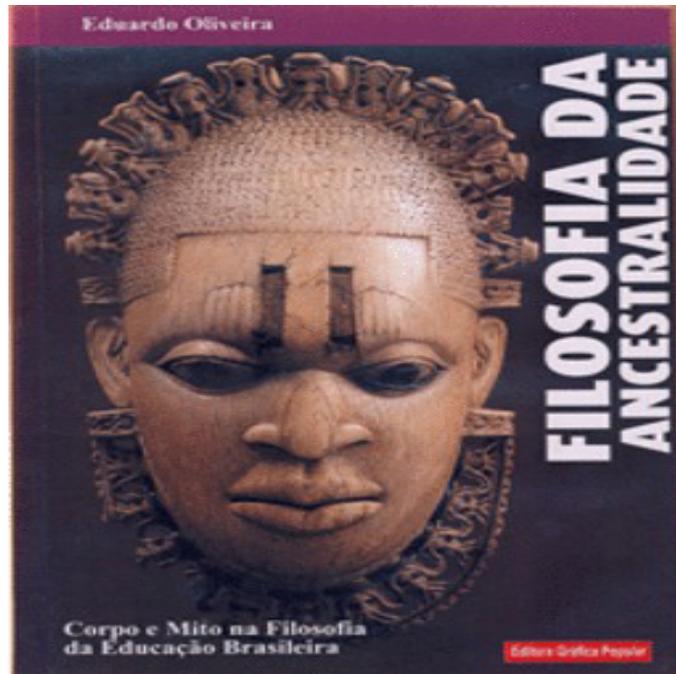
SUGESTÃO DE LEITURAS COMPLEMENTARES:



SUGESTÕES DE LIVROS:

FILOSOFIA DA ASCESTRALIDADE

Um livro que apresenta a abertura para se pensar a história, cultura e ética africana, a partir da magistral apresentação de encatamento e ancestralidade.



Fonte: Foto retirada da internet

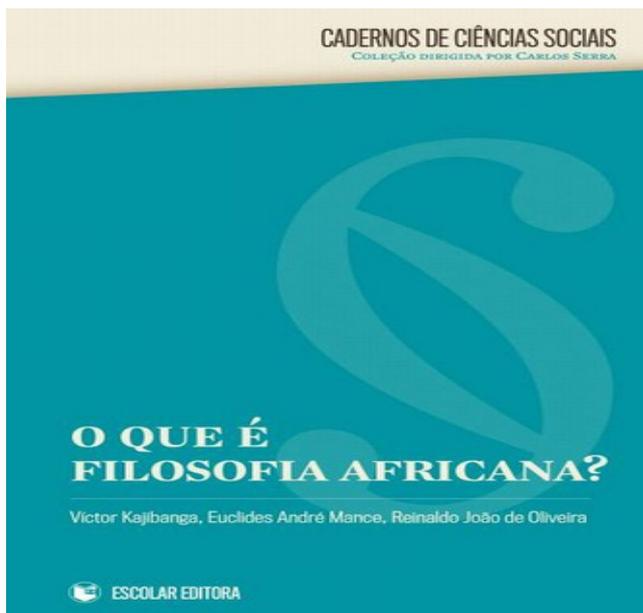


Fonte: Foto retirada da internet

crítico sobre o racismo e seus impactos.

PELE NEGRA MÁSCARAS BRANCAS

A obra fala sobre a negação do racismo contra o negro na França e teve sua primeira edição, em português, em 1963. Aborda o pensamento da Diáspora Africana, o pensamento da descolonização, do pensamento psicológico, da teoria das ciências, da filosofia e da literatura caribenha. O autor trata também da ideologia que ignora a cor, e como ela pode apoiar o racismo que nega - pensamento que causou grande turbulência nas décadas de 1960 e 1970. O livro busca aguçar o senso

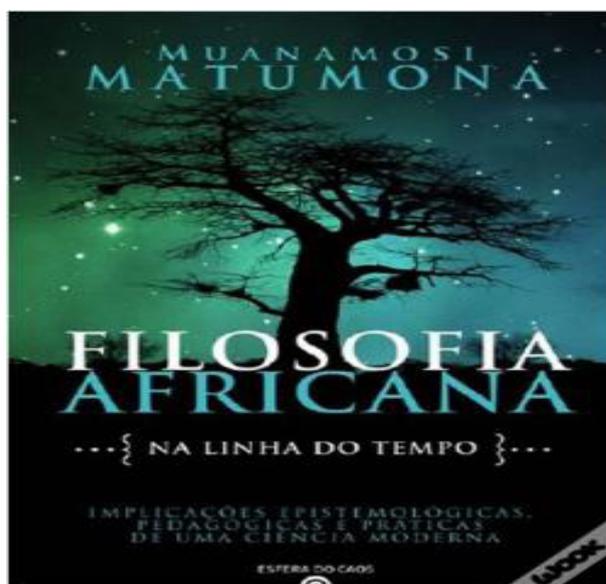


O QUE É FILOSOFIA AFRICANA?

O sociólogo angolano Victor Kajibanga, o filósofo brasileiro Euclides Mance e o filósofo e teólogo brasileiro Reinaldo de Oliveira, em seus textos brilhantes deste número, mostram toda a complexidade, todos os desencontros, mas também todos os avanços de uma africanidade que se esforça, hoje ainda, para encontrar os seus trilhos históricos, a sua identidade descolonizada, a sua humanidade respeitada, o seu futuro diferente.

Africanidade que é, integralmente, um campo de luta. De luta entre uma concepção idílica do ser africano e uma concepção transformadora do querer ser africano, entre um passado romantizado (de alguma forma recuperando certo quadro analítico de Placide Tempels e de Hegel) e um futuro transformado pela filosofia de ação, entre várias correntes, entre vários pontos de interrogação, entre várias lutas sociais, entre inúmeros sonhos.

Africanidade que é, integralmente, um campo de luta. De luta entre uma concepção



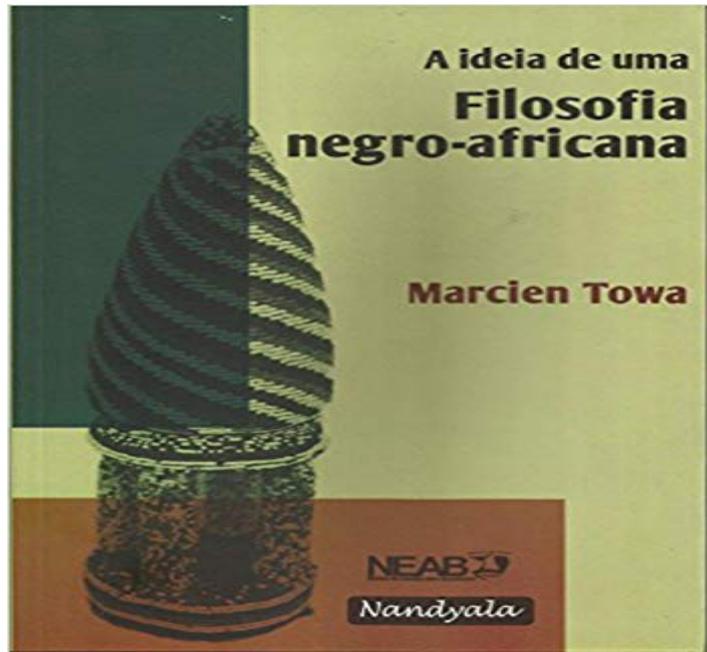
FILOSOFIA AFRICANA: na linha do tempo

Evocando uma célebre expressão de Paulo VI, “África, chegou a tua hora!”, qual será o contributo da filosofia para a reconstrução do continente africano? Esta é a grande questão à qual Muanamosi Matumona procura responder. A sua confiança profunda nas potencialidades ocultas das sociedades africanas marca o desafio que decidiu assumir: compreender o que falta fazer para que em África se vivam dias melhores de liberdade e de paz.

Fonte: Foto retirada da internet

A IDEIA DE UMA FILOSOFIA NEGRO-AFRICANA

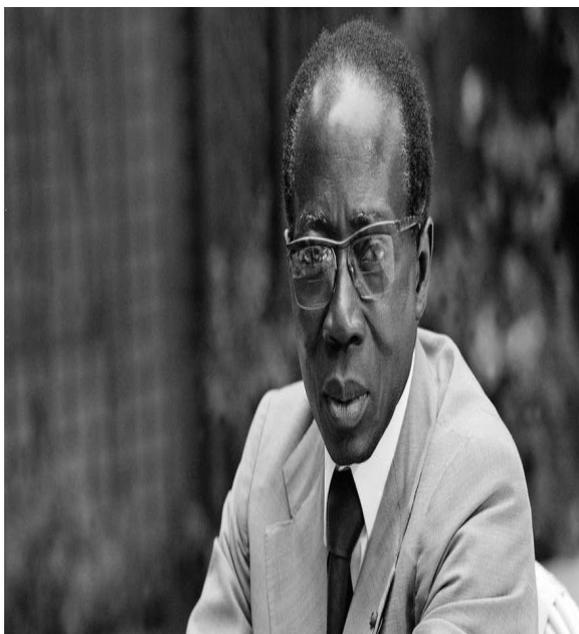
Esta obra, tradução do livro *L'Idée d'une philosophie négro-africaine*, do filósofo camaronês Marcién Towa (1931-2014), propõe-se a responder à questão da existência de uma filosofia africana, evidenciando a racionalidade presente na cultura desse continente, tais como nos contos, instrumentos da educação de alguns países africanos e na concepção de religião do Egito antigo. Entre outras reflexões contundentes, Towa critica a etnofilosofia, sobretudo a percepção de Léopold Sédar



Fonte: Foto retirada da internet

Senghor, o qual busca estabelecer um caminho para iniciar a construção de um pensamento africano a partir do período da independência, como se não tivesse havido produção de conhecimento em África antes do período colonial.

SUGESTÕES DE AUTORES



Fonte: Foto retirada da internet

LÉOPOLD SÉDAR SENGHOR (SENEGAL)

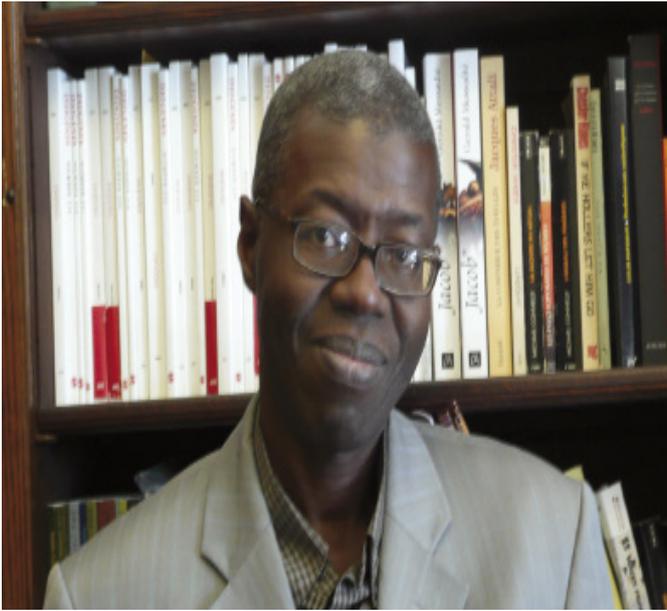
Nascido em 1906, Senghor estudou na Sorbonne, de Paris, e foi a primeira pessoa do continente a completar uma licenciatura na universidade parisiense. Foi um dos responsáveis por desenvolver o conceito de negritude e um movimento literário que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto que a cultura europeia teve nas tradições do continente. Em 1960, o Senegal foi proclamado independente muito graças ao apelo que Senghor dirigiu ao então presidente francês, Charles de Gaulle. Ele foi então eleito presidente da nova república, cargo que ocupou até 1980. Senghor morreu em 20 de dezembro de 2001, aos 95 anos, na França.



Fonte: Foto retirada da internet

WANDERSON FLOR

Mestre em filosofia e doutor em bioética pela Universidade de Brasília (UnB). É professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-graduação em Bioética (FS-UnB) e Co-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde – GEPERGES Audre Lorde (UFRPE/UNB-CNPq). Pesquisador das áreas de Filosofia Africana, Interfaces entre a filosofia e a educação, Ética, Filosofia Política e, também, das bases conceituais da Bioética.



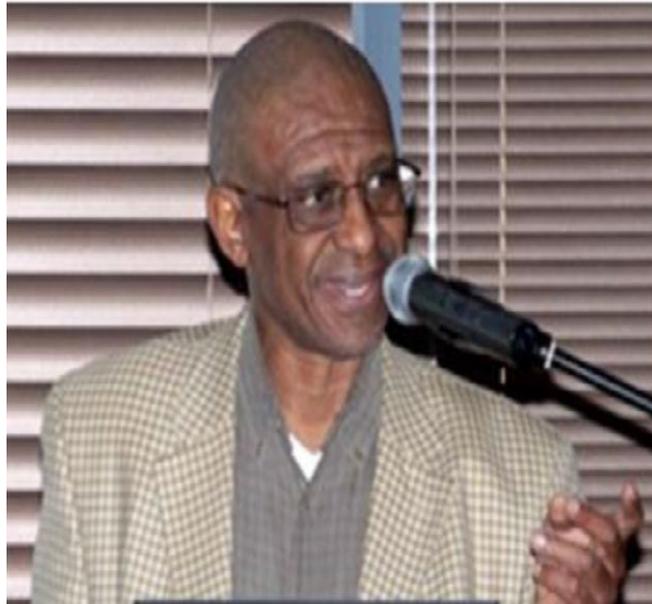
Fonte: Foto retirada da internet

SOULEYMANE BACHIR DIAGNE

Filósofo senegalês e professor da Universidade de Columbia, acredita que os filósofos africanos precisam tornar o trabalho deles mais acessível aos seus compatriotas destacando que: Nós devemos produzir os nossos próprios textos em línguas africanas.

MOGOBE BERNARD RAMOSE

Filósofo sul-africano. é professor de filosofia da Universidade da África do Sul – Unisa e diretor do Centro de Aprendizagem Regional da Unisa, em Adis Abeba, na Etiópia. Doutor em filosofia pela Katholieke Universiteit Leuven, da Bélgica, desenvolve sua pesquisa nos campos da filosofia africana e da filosofia da política, direito e relações internacionais. Trabalhou na Universidade do Zimbábue e de Venda, na África, assim como na Tilburgh University, na Holanda. É autor, dentre outros, de *African philosophy through ubuntu* (Mond Books, 1999).



Fonte: Foto retirada da internet



Fonte: Foto retirada da internet

SOBONFU SOMÉ

Filósofa, professora e ativista, uma das vozes mais importantes na espiritualidade africana. Percorre o mundo compartilhando a rica vida espiritual e a cultura do povo dagara. Autora do livro *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos* (publicado no Brasil pela editora Odysseus).

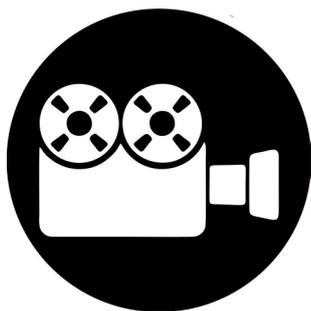
FRANTZ FANON

Martinicano-francês, médico psiquiatra e filósofo. Estudou na França e posteriormente se mudou para a África do Norte, onde participou dos movimentos de independência da Tunísia e Argélia. Para Fanon, em todo povo colonizado foi introjetado um complexo de inferioridade. Suas análises sobre o colonialismo, o racismo e a inferiorização do colonizado e do negro encontram-se descritas principalmente nas obras *Pele negra, máscaras brancas* e *Os condenados da terra*.



Fonte: Foto retirada da internet

SUGESTÕES DE FILMES



UMA LIÇÃO DE VIDA

Em 2009, um queniano foi parar na Casa Branca. Não, não estamos falando de Barack Obama, mas de Kimani N'gan'ga Maruge, um octogenário que lutou para aprender a ler

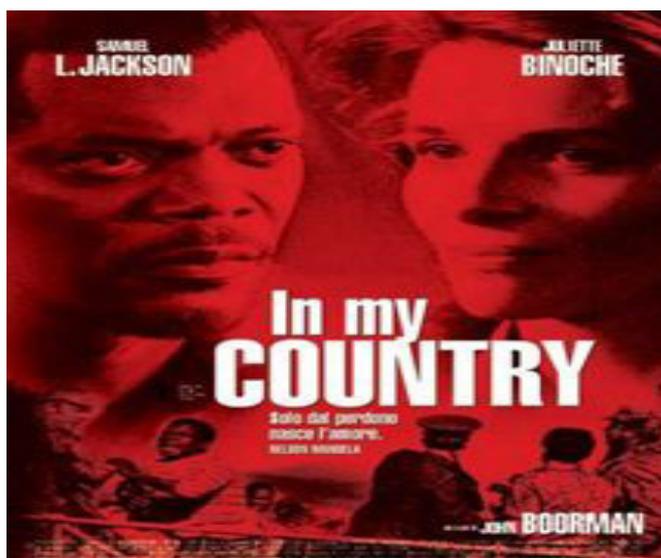
e a escrever em seu país e sua história, real, o levou a palestrar nos Estados Unidos. Pois Maruge, teve que enfrentar todo tipo de adversidade em nome da educação. Ex-combatente de um grupo de revolucionários que lutou contra os ingleses pela independência do Quênia, aos 84 anos, ele recebe uma carta da Presidência de seu país e resolve se matricular em uma escola primária com o objetivo de decifrá-la. O que se segue é sua luta para ser matriculado na escola primária junto com as crianças. Para isso, Maruge aceita todas as exigências, inclusive a de usar uniforme infantil. Sua motivação baseia-se no desejo de ler uma carta da Presidência que havia recebido.



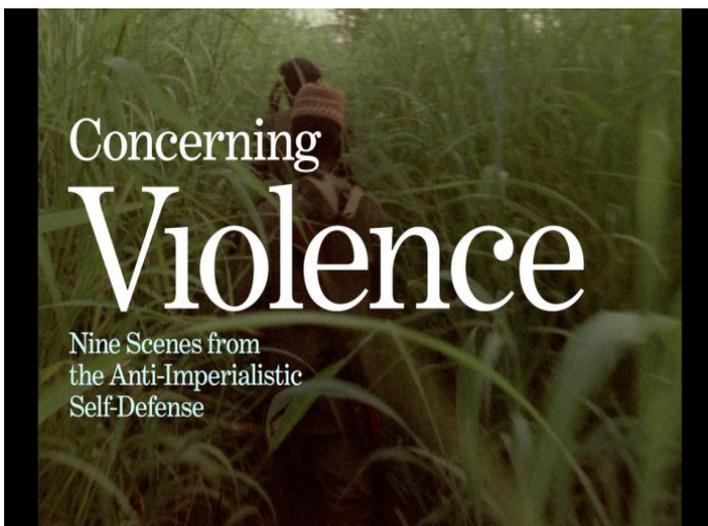
Fonte: Foto retirada da internet

EM MINHA TERRA

Langston Whitfield (Samuel L. Jackson) é um jornalista negro norte-americano que é enviado pelo Washington Times à África do Sul, em 1995. Seu objetivo é fazer a cobertura dos depoimentos ouvidos na Comissão da Verdade e Reconciliação, que julga os brutais crimes cometidos durante o período do apartheid. Ao longo das audiências, vítimas e criminosos são colocados



Fonte: Foto retirada da internet



Fonte: Foto retirada da internet

de escrita altamente literária e retórica, contribuiu para aclarar não só a história, mas também reflexões e debates contemporâneos.

O filme de Göran Olsson de 2014, sobre a obra de Frantz Fanon possui imagens de arquivo sobre os movimentos independentistas africanos dos anos 1960-70 são conjugadas com escritos do filósofo e estudioso Frantz Fanon – “Os Condenados da Terra”, de 1961 – lidos pela cantora Lauryn Hill. O sueco Göran Hugo Olsson (que já assinara “The Black Power Mixtape 1967-1975”) constrói assim uma inquietante narrativa visual que proporciona um novo olhar sobre a História do continente (incluindo Angola e Moçambique), do colonialismo europeu e do racismo. “A Respeito da Violência” é um documentário que nasce de um trabalho de “arqueologia” feito pelo realizador nos arquivos da televisão sueca. As reportagens dos conflitos surgem organizadas em “nove cenas de autodefesa anti-imperialista”. Entre outras distinções, o filme recebeu o Prémio Fairbindet no Festival de Berlim.

“A ROTA DO ESCRAVO: UMA VISÃO GLOBAL”

É um documentário educativo dirigido por Georges Collinet com apoio e patrocínio da Unesco. Com depoimentos de historiadores de diversos países, apresenta um panorama histórico da escravidão desde o início da Era Cristã com o comércio de escravos pela rota transaariana em direção ao mar Vermelho e Oceano Índico. O documentário salienta que a primeira grande revolta de escravos áfricanos conhecida aconteceu no Iraque. Foi a Revolta de Zanj, que se estendeu de 869 a 883. Milhares de escravos africanos do leste da África que trabalhavam nas salinas no sul do Iraque se juntaram a outros grupos e



Fonte: Foto retirada da internet

lutaram contra a escravidão. Formaram seu próprio estado com capital em Al-Mukhtâra, às margens do Golfo Pérsico, e durante quatorze anos desafiaram seriamente o Califado Abássida.

ESCRITORES DA LIBERDADE



Fonte: Foto retirada da internet

O filme relata a história da professora Erin Gruwell que é a protagonista da comédia dramática passada em um subúrbio problemático norte-americano.

Ela é uma docente recém formada que leciona para o primeiro ano do Ensino Médio as disciplinas de inglês e literatura. Erin trabalha em uma escola da periferia, em Long Beach, Califórnia (Los Angeles). O desafio enfrentado pela professora é grande: os alunos que encontra pelo caminho são marcados pela violência, pela descrença, pela desobediência,

pela desmotivação e principalmente pelos conflitos raciais. São jovens oriundos de famílias desestruturadas, vítimas de abandono e descaso. Na sala de aula, os alunos dividem-se naturalmente em grupos: os negros só interagem com os negros, os latinos andam com os latinos, os brancos conversam com os brancos.

SUGESTÕES DE VIDEOS:



UBUNTU - THIAGO RODRIGO

<https://www.youtube.com/watch?v=gpIEHRukIfE>



DIÁLOGOS: FILOSOFIA
AFRICANA

<https://www.youtube.com/watch?v=IMubZgdiDmg>



UBUNTU - EU SOU PORQUE PERTENÇO

<https://www.youtube.com/watch?v=9MriLwklWKU>



ESTUDOS AFRICANOS : KATÚSCIA RIBEIRO E AZA NJERI

<https://www.youtube.com/watch?v=KAhX5kECCGM>



FILOSOFIA AFRICANA E ENSINO DA FILOSOFIA

<https://www.youtube.com/watch?v=Gzltm2hk8qo>

SUGESTÕES DE SITES:



<https://filosofia-africana.weebly.com/textos-diaspoacutericos>

<http://filosofiaemvideo.com.br/temas/filosofia-africana/>

<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/licao-de-vida-filme-inspirador/>

<https://www.geledes.org.br/>

<http://www.pordentrodaafrica.com/>

<https://filosofiapop.com.br/podcast/filosofia-pop-015-filosofia-africana-ubuntu/>

www.pordentrodaafrica.com

<http://todosnegrosdomundo.com.br/site-de-filosofia-africana/>

<https://www.revistaforum.com.br/filosofia-africana/>

REFERÊNCIAS

ALLES, Luis. Ética a partir dos paradigmas. In: RUEDELL, Aloísio (org) .[et al.]. **Filosofia e ética**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 93-95.

BOTO, Carlota. ÉTICA E EDUCAÇÃO CLÁSSICA: virtude e felicidade no justo meio. Rev. **Educação & Sociedade**, ano XXII, N° 76, Outubro/2001.

DE JESUS, Rodrigo Marcos, NEGRI, Edson Cleber, CÂNDIDO, CÂNDIDO, Juarid Rios (Orgs). **Filosofia e consciência negra: desconstruindo o racismo** – Cuiabá: EdUFMT, 2018.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando à história e cultura africana e afro-brasileira**. Universidade Federal da Bahia, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP) no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**-PENESB-RJ, 05/11/03.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. **A ÉTICA FILOSÓFICA DO UBUNTU NA SALA DE AULA: um debate sobre o racismo no futebol brasileiro**. Revista Ideação, edição especial, 2017.

NASCIMENTO, Alexandre do. Ubuntu como Fundamento. UJIMA - **Revista de Estudos Culturais e Afrobrasileiros**. Número XX, Ano XX, 2014.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Tradução para uso didático por Arnaldo Vasconcellos.

RAMOSE, Mogobe B. **A ética do ubuntu**. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.